

CÂMARA E COLEGIADO SETORIAL DE CIRCO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2005-2010

A Participação Social no Debate das
Políticas Públicas do Setor

Expediente

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Estado da Cultura

Juca Ferreira

Secretário Executivo

Alfredo Manevy

**Secretário- Geral do Conselho
Nacional de Política Cultural**

Gustavo Vidigal

**Secretaria do Conselho Nacional
de Política Cultural**

Coordenador-geral

Marcelo Veiga

Assessor Técnico

Fabiano Lima

Apoio Técnico-Administrativo

Aline Martins Santos

Dayse Santana Gabriel

Juliana Ehlert

Kênia Batista

Comunicação

Bruna Villarim

Presidente da Funarte

Sérgio Mamberti

Diretora Executiva

Myriam Lewin

**Diretor do Centro
de Artes Cênicas**

Marcelo Victor Bones

Coordenador de Circo

Marcos Teixeira

A cultura de um país democrático só é forte, articulada, com plenos poderes de discussão e decisão sobre os temas abordados pela sociedade civil na área, quando almejada com o mesmo objetivo por todos, quando direcionada para um mesmo horizonte. E esse olhar plural na mesma direção tem sido uma das metas alcançadas pelas políticas públicas desenvolvidas pelo Ministério da Cultura, ao longo desses 8 anos do governo Lula.

Inseridos no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) como importante ferramenta de articulação de ideias para o setor, os Colegiados – antes conhecidos como Câmaras Setoriais –, foram amplamente articulados na administração do ministro Juca Ferreira. Hoje, agregam valores e conceitos universais ao MinC e à política cultural defendida pela instituição. Isso acontece quando se promove o diálogo permanente do Estado brasileiro com a sociedade, por meio dos diversos segmentos artísticos nacionais como dança, música, teatro, circo, literatura e artes visuais.

Um esforço que permitiu avaliar o quanto avançamos em cada um desses seguimentos em quase uma década de gestão, enfatizando, mais do que nunca, o papel definitivo do Estado na consolidação da política cultural brasileira.

Com o tempo, os Colegiados amadureceram e ganharam legitimidade suficiente para envolver cada um dos segmentos na discussão das principais pautas do setor. Valiosa participação realizada por meio de formulações, avaliações, subsídios, diretrizes e soluções implementadas por essas áreas culturais do país e fornecidas ao Conselho Nacional de Política Cultural. Dirigentes e delegados culturais de todo o Brasil se debruçaram não sobre um vazio, mas sobre uma jornada de sete anos em que o Ministério da Cultura defendeu o direito universal à cultura, a ampliação vigorosa de recursos públicos, a superação do monólogo da renúncia fiscal, promovendo uma revolução conceitual na relação com a sociedade.

Prova dessa vitória é que o MinC voltou a dialogar com o Congresso Nacional, casa para onde envia diversos projetos de lei, transformando a participação da sociedade nos Colegiados em profundo processo institucional.

Com os projetos de lei em trâmite, as lutas superam o nível de mera negociação setorial, reivindicações de recursos corporativos e cooptações da velha política para se transformar em bandeiras globais do setor. A cultura deixa de ser um mundo isolado e passa a ser sujeito de grandes medidas estruturantes, que ampliam seu consenso na cabeça da sociedade brasileira.

É dentro deste contexto favorável ao cenário cultural no Brasil que o CNPC e seus Colegiados Setoriais surgem, ajudando a dar voz e legitimidade às políticas públicas do atual governo federal. Governo esse que tem um compromisso democrático com a sociedade. A sintonia com esse discurso republicano foi reafirmado pelo CNPC com a criação de três novos Colegiados - o das culturas populares, colegiados indígenas e moda -, reafirmando a importância desses segmentos na nossa cultura.

Ciente da necessidade e importância de ampliar o acesso de cada brasileiro à leitura, cinema, teatro, dança, artes visuais, além de estreitar o conhecimento e contatos com nossas culturas populares e indígenas, estamos trabalhando arduamente na reestruturação e construção de novos modelos e propostas de fomento, democratizando o acesso. Algumas dessas novidades são o Procultura (reforma da Lei Rouanet), a modernização da Lei do Direito Autoral e a aprovação, no Congresso Nacional, do Vale cultura. Este último será o primeiro instrumento de política pública que permitirá que cerca de 12 milhões de trabalhadores desfrutem de bens culturais, como ingressos para espetáculos, livros, CDs, DVDs, além de outros acessórios.

O papel do Estado na cultura é, assim, necessário e legítimo. Deve ser democrático, republicano, participativo, presente e prestando serviços para a sociedade como um todo, dando conta da sua singularidade: a universalidade.

Alfredo Manevy

Secretário Executivo do Ministério da Cultura

O conjunto de livros que a parceira Conselho Nacional de Política Cultural/FUNARTE ora publica traz uma síntese de todo o trabalho desenvolvido ao longo do funcionamento das estruturas participativas, criadas no âmbito do Ministério da Cultura, desde seus primórdios, com as Câmaras Setoriais, até o presente momento, com o CNPC e seus Colegiados Setoriais.

Esta rica trajetória, explicitada a cada documento aqui contido, faz parte de um esforço, uníssono, de consolidar esferas de participação social em um campo até então não desbravado, qual seja, a cultura. O ineditismo da empreitada é fruto do interesse não apenas do governo, mas também da sociedade civil. Esforço este que vem consumindo horas e horas de árduo trabalho coletivo, visando, antes de mais nada, consolidar diretrizes e conceitos, propostas de ações e programas, enfim, entendimentos pactuados sobre o norte da política cultural no Brasil.

Os resultados podem ser vistos por todos os lados: Plano Nacional de Cultura, Planos Setoriais para Teatro, Dança, Circo, Música, Artes Visuais, Cultura Popular e Cultura Indígena, novo Fundo Nacional de Cultura e a reforma da Lei dos Direitos Autorais são apenas alguns exemplos de pautas relevantes e que carregam importantes contribuições, feitas a partir dos debates realizados tanto no Plenário como nos Colegiados. Vale frisar que a qualidade desta colaboração, que corroborou com o esforço de aprimorar as ações citadas, é exemplo a ser mostrado aos que, de uma forma ou de outra, ainda veem a participação social como ferramenta para obstruir o bom andamento das políticas pensadas em gabinetes.

As contribuições advindas dos trabalhos das Câmaras, Colegiados e Plenário do Conselho não se restringem apenas ao campo das políticas públicas, vão muito além e influenciam o próprio debate sobre a cultura política de nosso país. Podemos, a partir das experiências relatadas nestes livros, contribuir com a reflexão mais ampla sobre os rumos da participação social, levando em conta, principalmente, os desafios postados à frente do Conselho hoje.

Formação dos conselheiros e conselheiras, avaliação pormenorizada do papel do conselho na vida financeira, administrativa e política do órgão governamental, além da articulação com conselhos estaduais e municipais são exemplos de temas que precisam ser exaustivamente debatidos pelo CNPC e demais conselhos do governo federal. Podemos apontar caminhos interessantes para problemas comuns, que atualmente afetam o processo de democratização do Estado. Além destes pontos, destaco outra contribuição da cultura à agenda participativa, que é contraditória. Se por um lado inovamos ao incorporar, em nossas estruturas institucionais de diálogo com a sociedade, uma parte importante da enorme diversidade de segmentos que compõem o cenário político da cultura, do outro, esta mesma dinâmica intensa de subdivisões torna a tarefa da representação política muito complexa. A lógica da fragmentação dificulta, ainda, a criação de políticas abrangentes.

Mais que questionamentos, estes são pontos fundamentais a serem debatidos, para que possamos fazer avançar a agenda participativa da cultura. E como estas publicações explicitam, muito se avançou.

Gustavo Vidigal

Secretário-geral do Conselho Nacional de Política Cultural

Sumário

PARTE I – Câmara Setorial de Circo

1. Apresentação	8
2. Relatório 2005	10
3. Relatório 2006	20

PARTE II – Colegiado Setorial de Circo

1. Apresentação	50
2. Regimento Interno	52
3. Portaria de nomeação Biênio 2010/2011	57
4. Reuniões	58
5. Pré-Conferências Setoriais	59
6. Análise das políticas implementadas	61
7. Fundo Nacional de Cultura: Competências do Colegiado Setorial de Circo	70
8. Plano Setorial de Circo	72

PARTE I

CÂMARA SETORIAL DE CIRCO

1. Apresentação

Em 2005, a Fundação Nacional de Artes/Ministério da Cultura realizou um seminário com o objetivo de dar início à formação da Câmara Setorial do Circo. A necessidade de um espaço de discussão e de políticas públicas culturais voltadas para o setor já se fazia premente. A Câmara nascia com o desafio de garantir as principais demandas no Plano Nacional de Circo, recuperar o diálogo permanente entre governo e sociedade e transformar esse diálogo em uma efetiva política de Estado capaz de transcender aos sucessivos governos. Também teria a missão de transformar-se em Colegiado, definir o seu formato dentro de uma nova realidade e articular-se em uma política cultural mais ampla no seio do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC).

Para que o circo conquistasse seu espaço era preciso mobilizar os diferentes agentes de norte a sul do país. Essa mobilização também precisava contemplar a diversidade das artes e demais atividades da extensa cadeia cultural que envolve a atividade circense no Brasil. Quais sejam: artistas independentes, trupes e grupos, iniciativas de circo social, escolas de circo, pesquisadores e, obviamente, circos de lona em sua mais ampla diversidade – desde os pequenos circos movidos unicamente por pequenas famílias até as grandes companhias circenses, com estrutura empresarial complexa.

Com esse desafio, a Funarte percorreu diversos estados brasileiros, convocando reuniões e fóruns locais a fim de mobilizar a categoria e eleger delegados em cada estado para o seminário no Recife. Durante o evento foram debatidos o formato e representatividade dos diferentes segmentos e regiões na Câmara Setorial de Circo, eleição de seus primeiros membros e a elaboração de um documento no qual se procurou registrar as principais demandas de cada segmento da atividade circense, com o objetivo de servir de base inicial para os trabalhos e discussões da Câmara Setorial.

Delegados de todo o Brasil, eleitos por seus pares em suas localidades de origem, cumpriram sua missão. Chegou-se a um formato representativo, que contemplou a diversidade da produção das artes circenses no Brasil e a representatividade nacional, com membros oriundos de diversas localidades, de forma natural e sem a tônica do regionalismo exacerbado.

Foi na Câmara Setorial que surgiram também as primeiras mobilizações em torno de importantes questões, como a exibição de animais em espetáculos circenses, colocando em foco a polêmica entre profissionais do circo e entidades protetoras de animais. A Funarte sempre entendeu que se deveria encontrar um ponto de equilíbrio nessa questão, na medida em que números com animais fazem parte do imaginário de crianças e de adultos quando o assunto é o universo circense, mas é fundamental garantir tratamento adequado aos animais, preservando sua integridade.

No seminário, dois grupos de trabalho foram criados: o primeiro responsável por questões relativas ao Fomento, Financiamento, Circulação e Consumo e o segundo, denominado Questões Institucionais, ficou incumbido da elaboração de uma minuta para uma nova lei do circo, a ser encaminhada ao Poder Legislativo pelo governo. Fazem parte das questões institucionais os seguintes temas: Direitos

Autorais, MinC/MEC – Formação e Pesquisa, Economia da Cultura, Memória e Patrimônio e Questões trabalhistas e Tributárias.

Das reuniões resultou um amplo material submetido em seguida à discussão e aprovação no plenário da Câmara Setorial de Circo em conjunto com a então Coordenadoria de Circo e Centro de Artes Cênicas da Funarte. Houve dificuldades no registro desse material por conta da desarticulação temporária da Câmara Setorial, problema este já contornado, pois o trabalho não podia parar.

Os desafios para o futuro deste Colegiado, ainda são muitos, talvez ainda maiores que antes. Temos o ensinamento de que nada é fácil, e que nem tudo pode ser como gostaríamos que fosse, mas aprendemos, ensinamos e podemos sair ainda mais convictos de que não há vitória sem luta e não há grandes realizações que não demandem trabalho.

Sérgio Mamberti

Presidente da Funarte

2. Relatório 2005

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CÂMARA SETORIAL DE CIRCO

9 e 10 de novembro de 2005

Índice

1. Ficha Técnica

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente

2. Abertura

Gilberto Gil
Ministro da Cultura

3. Apresentação dos “Notórios Saberes”

Indicados pela Funarte

Antônio Grassi
Presidente da Funarte

4. Proposta de Cronograma para Câmara Setorial de Circo

Myriam Lewin
Diretora Executiva

5. Composição da Câmara Setorial de Circo

Antônio Gilberto
Diretor do Centro de Artes Cênicas

6. Participantes

- 6.1. Delegados Presentes no Seminário
- 6.2. Representantes do Governo
- 6.3. Ausências Justificadas

Vítor Ortiz
Diretor do Centro de Programas Integrados

7. Temas Propostos pela Funarte para Discussão

- 7.1. Proposições dos Grupos
 - 7.1.1. Questões Institucionais
 - 7.1.2. Formação, Pesquisa e Memória
 - 7.1.3. Fomento, Financiamento, Circulação e Consumo

8. Processo de Eleição dos Representantes por Categoria

- 8.1. Resultado da Eleição
- 8.2. Eleitos para o Conselho Nacional de Políticas Culturais

9. Processo de Eleição dos Representantes dos Estados

1. Ficha Técnica

Seminário Nacional de Formação da Câmara Setorial de Circo

Gerenciamento e Coordenação Política

Antônio Gilberto - Diretor do Centro de
Artes Cênicas da Funarte

Vitor Ortiz - Diretor do Centro de Programas
Integrados/Coordenador das Câmaras da
Funarte

Alessandra Brantes - Assessora da
Coordenação de Circo

Assessoria

Janaína Botelho e Mayalu Matos
Assessoria das Câmaras Setoriais da
Funarte

Morgana Enelle e Julio Mourão
Assessoria Especial da Presidência

José Clementino Zezo de Oliveira
Diretor da Escola Nacional de Circo

2. Abertura

DIA 9/11 - Mesa de Abertura

Com um quórum de vinte e oito delegados por Estados, cinco representantes de notório saber convidados, vinte e cinco observadores e nove representantes da Funarte, deu-se prosseguimento à abertura do seminário, iniciada no dia 09 às 19:30h.

Compondo a mesa estavam:

Antonio Grassi – Presidente da Funarte,
Antonio Gilberto – Diretor do Centro de Artes Cênicas/Coordenador Interino de Circo,

Vitor Ortiz – Diretor do Centro de Programas Integrados da Funarte e Coordenador das Câmaras Setoriais

Tarciana Portela – Representante Regional do Minc/PE,

Zezo Oliveira – Diretor da Escola Nacional de Circo

Lúcia Pardo – Representante da Secretaria de Políticas Culturais/MinC.

Principais Informes:

Antonio Grassi, presidente da Funarte, relatou que em recente contato, a TV Globo manifestou interesse em promover uma campanha de revalorização do circo. Destacou também que a Coordenação de Circo irá desenvolver um trabalho especial junto às prefeituras, a fim de contribuir com a solução dos entraves normalmente encontrados pelos circos, tanto no que se refere à ausência de espaços para instalação de lonas nas cidades, como no que tange aos procedimentos para retirada de alvará de funcionamento. Também anunciou que o Edital do Prêmio Funarte de Estímulo ao Circo/2005 será

de 2 milhões de reais, e não de 1 milhão conforme a expectativa anterior, desta forma dobrando o número de projetos a serem premiados.

Vitor Ortiz, Coordenador das Câmaras Setoriais da Funarte, explanou o papel e o funcionamento das Câmaras Setoriais de Cultura, explicando que são órgãos de caráter consultivo, aos quais caberão o debate, o diálogo, a formulação e a pactuação de diretrizes para o desenvolvimento das cadeias produtivas/criativas das artes brasileiras, atuando para:

A elaboração de diretrizes para o Conselho Nacional de Políticas Culturais e para o Plano Nacional de Cultura.

O enfrentamento dos problemas imediatos das cadeias produtivas/criativas dos setores.

Metas Centrais:

(Metodologia)

Dialogar/Formular/Pactuar

Diretrizes políticas para o desenvolvimento cultural brasileiro.

(Metodologia)

Estudar/Diagnosticar/Propor

Alternativas para a superação dos entraves existentes no processo do desenvolvimento cultural brasileiro.

3. Apresentação dos "notórios saberes" indicados pela Funarte

DIA 10/11

Fátima Pontes - Rede Circo do Mundo – Brasil

Fez uma breve exposição sobre a Rede, que tem o foco na educação popular; fez citações de Paulo Freire e informou que a Rede está em articulação com a Asfaci - Associação de Famílias e Artistas Circenses e a Associação de Artistas Circenses do Estado de Pernambuco.

Mário Bolognesi – Pesquisador

Falou do crescimento de pessoas não vinculadas à academia que se dedicam ao circo (NEC – Núcleo de Estudos do Circo, em SP); informou que se cogitou a criação de uma associação de pesquisadores, porém, pela quantidade de pesquisadores, teriam dificuldades na formação da diretoria e do conselho; disse que o palhaço Benjamim de Oliveira, ao solicitar auxílio para um departamento de serviços do governo, para mudança do circo, teve seu pedido negado sob a alegação de que circo não é considerado nem como serviço nem como atividade cultural. Por fim, fez um apelo para deixarmos as diferenças, por enquanto, de lado.

João Carlos Artigos - Fórum Circense do Rio de Janeiro

Iniciou sua fala dizendo estar constrangido em ser colocado como “pessoa de notório saber”. Disse que era originário das escolas de circo e que 23 anos de Escola Nacional de Circo é uma geração; fez referência ao geógrafo Milton Santos em seu conceito de território flutuante, que a relação de troca se estabelece onde se está, no seu fazer; que o circo itinerante ainda está num lugar menor.

Deu o exemplo do Circo Zanni, circo de lona (de São Paulo), formado por artistas que vieram de escolas de circo. Lembrou da cena em que viu o filho de Domingos, um dos diretores, brincando ao fundo do circo, que ele seria a segunda geração.

Rogério Sette Câmara - Associação Brasileira das Escolas de Circo

Disse que as escolas com caráter de formação, tentam buscar sua identidade; que os circos de lona não incorporaram os alunos e que estes viviam grupos. Afirmou ainda que, no espaço de ensino, seja social, artístico, profissional, os alunos devem saber dos problemas da lona, ter interesse pelas famílias, pelas fontes.

José Wilson – Abracirco

Informou que o Circo Zanni é filho da Escola de Circo Picadeiro e que quando criou essa escola queria formar uma nova geração de artistas circenses. Salientou que a formação da Câmara Setorial de Circo é o momento exato para brigarmos pela questão das leis contra animais em circo, relatando que conseguiu, pela Abracirco e pelo SATED, com apoio de donos de grandes circos (Beto Carrero, Stankowich, Estoril), a retirada do artigo 21, revogando a lei contra animais em circo, no Estado de São Paulo. Apresentou a cartilha “O Circo e a Cidade”, elaborada pela Abracirco, em parceria com o Governo do Estado de São Paulo.

Alessandra Brantes - Assessora da Coordenação de Circo/FUNARTE

Informou que a cartilha do circo, por condições financeiras, ainda não foi feita mas agora, com verba garantida, será confeccionada pela Funarte; a instituição aguarda sugestões de toda a categoria para elaboração da mesma.

Joelma Costa - Asfaci – Associação de Famílias e Artistas Circenses

Sugeriu que o nome não fosse “cartilha”, mas algo como “Guia do Circense”.

4. Proposta de cronograma para a Câmara Setorial de Circo

TRÊS REUNIÕES:

Março, Maio e Junho

DUAS VIDEOCONFERÊNCIAS:

Abril e junho, as vídeo conferências acontecerão para preparar o tema da próxima reunião. Delas podem participar todos os interessados; as reuniões acontecerão nas salas de videoconferência do Serpro.

5. Composição da Câmara Setorial de Circo

A proposta da Funarte de formato da C.S. de Circo foi eleita pela maioria dos votos dos delegados presentes.

*09 REPRESENTANTES DOS FÓRUMS DOS ESTADOS

*06 ESPECIALISTAS- artistas, grupos e trupes, circos de lona, escolas, pesquisadores, circo social

* 05 REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO FEDERAL:

a) Dois representantes do Ministério da Cultura, sendo um indicado pela Secretaria de Políticas Culturais e outro pela Secretaria de Articulação Institucional;

b) Três representantes da Fundação Nacional de Artes, sendo dois, respectivamente, os coordenadores de Artes Cênicas e de Circo.

6. Participantes

6.1. Delegados presentes no Seminário

UF	Representação	Nome
RJ	<i>Pesquisadora</i>	<i>Alice Viveiros de Castro</i>
RJ	<i>Estadual</i>	<i>Ana Maria Gomes Lamenha</i>
DF	<i>Estadual</i>	<i>Ankomácio Rodrigues</i>
ES	<i>Artistas</i>	<i>Carlos Augusto Neves</i>
CE	<i>Estadual</i>	<i>Carlos Mariano de Souza</i>
PR	<i>Estadual</i>	<i>Carlos Tangará</i>
RJ	<i>Circo Social</i>	<i>Claudio Barría</i>
RJ	<i>Escolas</i>	<i>Daniel Stiebler</i>
SP	<i>Estadual</i>	<i>Domingos Montagner</i>
MG	<i>Estadual</i>	<i>Felipe Thiago Teixeira da Silva</i>
SC	<i>Estadual</i>	<i>Geraldo Passos</i>
PE	<i>Estadual</i>	<i>Gilberto Trindade</i>
PE	<i>Estadual</i>	<i>Índia Morena</i>
SP	<i>Artistas</i>	<i>Joelma Costa</i>
AM	<i>Estadual</i>	<i>Elisângela Oliveira Nobre</i>
AL	<i>Grupos e Trupes</i>	<i>Luana Macena</i>
PB	<i>Estadual</i>	<i>Luis Carlos Vasconcelos</i>
SP	<i>Estadual</i>	<i>Márcio Antônio Stankowich</i>
MG	<i>Circo de Lona</i>	<i>Marco Antônio Alvarado Kalarary</i>
GO	<i>Estadual</i>	<i>Mário Lúcio de Moraes</i>
RN	<i>Estadual</i>	<i>Palhaço Tutti-Fruti</i>
MT	<i>Estadual</i>	<i>Paulo Sanches</i>
SP	<i>Grupos e Trupes</i>	<i>Rodrigo Inácio Corbusier Matheus</i>
PA	<i>Estadual</i>	<i>Rui Raiol</i>
MG	<i>Estadual</i>	<i>Sula Kyriacos Mavrudis</i>
RJ	<i>Estadual</i>	<i>Valéria Martins</i>
AM	<i>Circo Lona</i>	<i>Vital Melo</i>
SP	<i>Circo Lona</i>	<i>Vladimir Spemega</i>
SP	<i>Pesquisador</i>	<i>Mário Bolognesi</i>
SP	<i>Abracirco</i>	<i>José Wilson</i>
RJ	<i>Fórum RJ</i>	<i>João Carlos Artigos</i>
MG	<i>Escolas</i>	<i>Rogério Sette Câmara</i>
PE	<i>Circo-Social</i>	<i>Fátima Pontes</i>

6.2. Representantes do Governo

<i>Antonio Grassi</i>	<i>Presidente da Funarte</i>
<i>Antonio Gilberto</i>	<i>Diretor do Centro de Artes Cênicas / Coordenador Interino de Circo</i>
<i>Vitor Ortiz</i>	<i>Coordenador das Câmaras Setoriais e Diretor do Centro de Programas Integrados da Funarte</i>
<i>Tarciana Portela</i>	<i>Representante Regional do Minc/PE</i>
<i>Zezo Oliveira</i>	<i>Diretor da Escola Nacional de Circo</i>
<i>Alessandra Brantes</i>	<i>Assessora da Coordenação de Circo</i>
<i>Lúcia Pardo</i>	<i>Representante da SPC/MinC</i>
<i>Júlio Mourão</i>	<i>Assessor Especial da Presidência</i>
<i>Mayalu Matos</i>	<i>Assessora das Câmaras Setoriais</i>

6.3. Ausências Justificadas:

Dilmar A Messias, representante Estadual do RS; Edlamar Zanchettini, representante do Circo de Lona e Gilson Pisca-Pisca, representante do Estado do PR.

7. Temas propostos pela Funarte para discussão

Estes temas foram discutidos em 3 grupos formados pelos delegados e farão parte das discussões na C. S. de Circo:

- 1-Questões Institucionais;
- 2-Formação, Pesquisa e Memória;
- 3-Fomento, Financiamento, Circulação e Consumo.

7.1. Proposições de cada grupo

7.1.1. Questões institucionais

- . Regulamentação da lei do circo - Comissão permanente para tratar desta
- . Conscientização das prefeituras – conscientização nacional
- . Questões trabalhistas e tributárias
- . Informalidade
- . Cartilha de segurança
- . A Levantamento de leis municipais e estaduais que beneficiem/incentivem o circo
- . Medidas contra restrições à atividade circense nos estados e municípios
- . Registro profissional do artista circense no Ministério do Trabalho – Campanha Nacional para o DRT
- . Inclusão digital dos artistas circenses
- . Acesso dos circenses aos programas sociais (bolsa escola, cheque cidadão, bolsa saúde, etc.)
- . Regulamentação específica para aposentadoria do artista de circo/campanha de esclarecimento sobre pagamento de INSS como autônomo
- . Criação de um contrato especial de trabalho para o artista circense
- . Criação de órgãos de fiscalização específico para o circo

- . Criação de incentivo fiscal para estado ou município que receber o circo
- . Formulação de uma lei de responsabilidade cultural – criação de um estatuto do circense
- . Incentivo para que estados e municípios tenham responsável pela área de circo
- . Segurança pública no circo

7.1.2. Formação, Pesquisa e Memória

- . Reconhecimento das escolas de circo pelo MEC
- . Reconhecer, preservar e estimular a tradicional atividade das artes circenses
- . Compreender a pesquisa e a formação da memória como atividade permanente fundamental no processo de formação do artista
- . Entender os centros de formação como espaços naturais de preservação da memória, desenvolvimento da pesquisa, difusão do conhecimento e ainda como parceiros nos programas de inclusão digital
- . Falta de uma política de formação nacional para o circo (preocupação com as regiões de maior isolamento)
- . Ausência de um processo de reconhecimento e qualificação de professores em todos os níveis
- . Ausência de uma bibliografia para formação em circo
- . Necessidade de regulamentação dos espaços de formação em circo, respeitando a natureza de como essa arte se apresenta/notório saber
- . Ausência de parâmetros curriculares nacionais para formação em circo, sobretudo na perspectiva de proteção à diversidade
- . Ausência de normas básicas de segurança nos espaços de formação
- . Falta de um centro nacional de pesquisa e memória para o circo (preocupação de um levantamento nacional e recolhimento de acervo)

- . Ausência de programas de incentivo e registro da memória do circo no Brasil
- . Ausência de um programa nacional de publicações para o circo
- . Necessidade urgente de um programa de bolsa para a pesquisa teórica (memória), artística, de equipamentos e tecnológica articulada com os diferentes níveis do poder público
- . Necessidade de mapeamento/censo nacional da atividade do circo e construção de um banco de dados
- . Falta de uma política de comunicação continuada para o circo (inclusão digital e etc.)
- . Urgência nos programas para registro e memória
- . Falta de programas de apoio aos processos de articulação continuada das instituições de formação (encontros, seminários, etc)
- . Necessidade de atualização e reedição de publicações sobre as atividades circenses

7.1.3. Fomento, Financiamento, Circulação e Consumo

CONSUMO

- . Necessidade de programas de formação de platéia
- . Subsídio a ingressos e a meia entrada
- . Campanha de difusão cultural nacional (Receba o circo)
- . Excelência e ética – requalificação dos resultados da arte circense
- . Avaliação dos procedimentos do circo/requalificação
- . Maior acesso à mídia

FOMENTO

- . Verbas federais para cadastro e incentivo de circos pequenos (até 500 lugares)
- . Criação de um fundo emergencial para situações de risco e circos com visível dificuldade financeira

- . Rever e aprofundar o edital atual
- . Mapeamento dos circos e artistas/circulação de informação e conhecimento
- . Criação de uma lei específica de fomento ao circo e ao artista circense
- . Considerar desigualdades e especificidades regionais nos programas de fomento
- . Circulação de informação e conhecimento

FINANCIAMENTO

- . BNDES
- . Financiamento estadual
- . Criação de um fundo de apoio a pequenos projetos
- . Credenciamento federal
- . Percentual das loterias específico para o circo (0,25% do percentual que vai para o MinC)
- . O circo e as leis de incentivo

CIRCULAÇÃO

- . Mapeamento e consolidação de espaços, entidades, festivais e instituições
- . Criação de terrenos e espaços apropriados aos espetáculos
- . Selo Pedágio/Passê livre no pedágio para o circo itinerante
- . Criação de espaços federais específicos para o circo nos municípios
- . Estímulo à circulação internacional

8. Processo de eleição dos nomes dos representantes por categoria

Cada candidato poderia entrar em mais de uma categoria; o voto foi secreto, por cédulas, bastando preencher o nome dos candidatos, por categoria, conforme abaixo. Infelizmente, não temos os votos brancos e nulos; o colégio eleitoral foi composto por 36 pessoas.

8.1. Resultado da eleição

PESQUISA

Titular: Mário Bolognesi - 19 votos
Suplente: Alice Viveiros de Castro - 17 votos

ESCOLAS

Titular: José Wilson Leite - 15 votos
Suplente: Rogério Sette Câmara - 7 votos

CIRCO DE LONA

Titular: Márcio Stankowich - 10 votos
Suplente: Wladimir Spernega - 06 votos

GRUPOS E TRUPES

Titular: João Carlos Artigos - 12 votos
Suplente: Domingos Montagner - 9 votos

ARTISTAS

Titular: Joelma Costa - 20 votos
Suplente: Índia Morena - 4 votos

CIRCO-SOCIAL

Titular: Cláudio Barria Mancilla - 17 votos
Suplente: Mário Lúcio Moraes - 3 votos

8.2. Eleitos para o Conselho Nacional de Políticas Culturais

Titular: Alice Viveiros de Castro
Suplente: Mário Bolognesi

9. Processo de eleição dos representantes das macrorregiões

Para a votação dos 9 representantes dos Estados, foram feitas sugestões de que a Região Sudeste, já muito bem representada nos eleitos por categoria, fosse excluída dessa votação. Tal proposta não foi aceita pela Funarte e a eleição se deu da seguinte maneira: 1

representante de cada uma das 5 (cinco) Regiões do Brasil, para, em seguida, votar em mais 4 (quatro) Estados não eleitos pela votação por Região. A eleição foi em aberto (levantando-se os crachás).

9.1. Representantes das Macrorregiões:

- a) Região Sul (um representante)
Titular: Geraldo Passos – Palhaço Biriba (Santa Catarina)
Suplente: Carlos Tangará (Paraná)

- b) Região Sudeste (três representantes)
Titular: Felipe Thiago Teixeira da Silva – Mágico Rossini (Minas Gerais)
Suplente: Carlos Augusto Neves (Espírito Santo)
Titular: Rodrigo Inácio Corbusier Matheus (São Paulo)
Suplente: Vladimir Spernega (São Paulo)
Titular: Ana Maria Gomes Lamenha (Rio de Janeiro)
Suplente: Valéria Martins (Rio de Janeiro)

- c) Região Centro-Oeste (um representante)
Titular: Ankomárcio Rodrigues (Distrito Federal)
Suplente: Mário Lúcio de Moraes (Goiás)

- d) Região Nordeste (dois representantes)
Titular: Luiz Carlos Vasconcelos (Paraíba)
Suplente: Carlos Mariano de Souza Filho (Ceará)
Titular: Maria de Fátima Pontes (Pernambuco)
Suplente: Gilberto Trindade (Pernambuco)

- e) Região Norte (dois representante)
Titular: Vital Melo (Amazonas)
Suplente: Elisângela Oliveira Nobre Liz Nobre (Amazonas)
Titular: Rui Raiol (Pará)

3. Relatório 2006

RELATÓRIO DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DE CIRCO

Dias 06 e 07 de Julho
de 2006

Palácio Capanema –
Sala Cândido Portinari
Rio de Janeiro/RJ

Sumário

1. Abertura
2. Apresentação da metodologia de elaboração do Plano Nacional de Cultura
3. Apresentação das mudanças na Lei Federal de Incentivo à Cultura
4. Apresentação da proposta de temas prioritários para a pauta da CSC/2006
5. Definição dos Grupos de Trabalhos Específicos do Circo
6. Apresentação da proposta de criação dos Grupos de Trabalhos sobre temas Transversais/GTTs das Câmaras Setoriais
7. Eleição das(os) representantes do Circo para os GTTs
8. Apresentação da proposta de instalação e funcionamento do CNPC
9. Apresentação do Caderno do circo
10. Discussão sobre a Coordenação do Circo na Funarte
11. Organização dos trabalhos dos GTEs e GTTs
12. Encaminhamentos finais

1. Abertura

Dia 06/07/2006 -

Composição da mesa

Antônio Grassi – Presidente da Funarte
Antônio Gilberto – Diretor do Centro de Artes Cênicas/ Coordenador Interino de Circo

Adair Rocha – Representante do Ministério da Cultura no Rio de Janeiro

Vitor Ortiz – Diretor do Centro de Programas Integrados da Funarte e Coordenador das Câmaras Setoriais

Saudações dos integrantes da mesa à Câmara Setorial do Circo.

Antônio Grassi - Presidente da Funarte

Saudou a todos e falou da importância da criação das Câmaras Setoriais coincidindo com os 30 anos da Funarte, discorrendo sobre o importante papel da fundação na redemocratização do Brasil, já que a Funarte foi criada em 1975, ainda no período da ditadura militar.

Explanou sobre a campanha de valorização do Circo a ser desenvolvida pela Rede Globo de Televisão por sugestão da Funarte que será lançada em 22 de julho de 2006, na Escola Nacional de Circo.

Outro tema tratado na sua explanação foi o Prêmio de estímulo ao Circo, lançado em 2005, e a necessidade de qualificar os critérios de seleção e avaliação dos projetos como um dos desafios da Câmara Setorial e da Funarte.

Ressaltou a importância de ter sido lançado o prêmio no ano que passou.

Afirmou que somente desta forma foram viabilizadas diversas atividades circenses. Quanto ao Prêmio, mesmo que tendo ainda muitas falhas no processo de realização, considerou normal que não tenha sido um processo perfeito, tendo em vista o ineditismo da iniciativa, destacando que é preciso avançar e qualificar ainda mais a política de editais públicos da Funarte e do Ministério da Cultura.

Abordou ainda as dificuldades da Lei Rouanet, dando como exemplo a polêmica captação alcançada pela produtora que representa o Circo de Soleil no Brasil, o que foi possível pelo fato do projeto estar dentro dos critérios estabelecidos pela lei, deixando pouca ou nenhuma margem de regulação à CNIC (Comissão Nacional de Incentivo a Cultura).

Vitor Ortiz - Diretor do Centro de Programas Integrados da Funarte

Saudou a todos os integrantes da Câmara e apresentou a equipe de trabalho.

A seguir, apresentou o Plano de Trabalho das Câmaras Setoriais em 2006.

2. Apresentação da metodologia de elaboração do Plano Nacional de Cultura

Alfredo Manevy – Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura

Saudou a todos e destacou a importância de compreender a cultura com uma abordagem de gestão administrativa, construindo políticas públicas culturais.

Citou a descentralização da cultura, através das diversas áreas de atuação cultural, como uma das melhores experiências em termos de gestão democrática e participativa, dando o exemplo das Câmaras Setoriais, a criação do Conselho Nacional de Políticas Culturais, o processo da Conferência Nacional e a construção do Plano Nacional de Cultura. Além disso, lembrou o processo de formação do Sistema Nacional de Cultura e o Decreto 5.520, que criou o Sistema Federal de Cultura, alertando para o fato de se tratarem de duas instâncias diferenciadas. Após, seguiu com a explanação sobre o processo de elaboração do Plano Nacional de Cultura. Segundo ele, o Plano será organizado com uma divisão interna semelhante a das Câmaras Setoriais, uma vez que trata de diagnosticar a situação em cada área e elaborar propostas e projetos que viabilizem políticas públicas para cada área cultural. O Plano será o instrumento de operacionalização do Sistema Nacional de Cultura, otimizando recursos e articulando ações de políticas culturais.

3. Apresentação das mudanças da Lei Federal de Incentivo à Cultura

Marco Acco – Secretário de Fomento do Ministério da Cultura

Saudou a todos e explanou sobre as modificações da Lei de Incentivo a Cultura, oficializadas recentemente por proposição da atual gestão no Ministério da Cultura. Deu ênfase à apresentação dos dados atuais sobre

a quantidade de projetos apresentados nos últimos anos, sobre o número de projetos efetivamente autorizados a captarem recursos usando os benefícios da Lei e sobre o número dos projetos que alcançam captação. Apresentou um quadro por área, mostrando a evolução de cada área e a efetiva ampliação dos benefícios da Lei. Mostrou também a desconcentração dos investimentos com o incremento da captação em vários estados. Enfatizou ainda a situação singular do setor de circo que é o que menos se beneficia com a Lei, atribuindo isto ao fato das atividades circenses estarem mais voltadas para o interior do país, enquanto que a participação das empresas que se utilizam da Lei está concentrada nos principais centros urbanos.

4. Apresentação da proposta de temas prioritários para a pauta da Câmara Setorial do Circo/2006

Márcia Bauer - mediadora da reunião
Apresentação das propostas discutidas no Seminário Nacional do Circo/2005.

GT1 – Questões Institucionais

GT2 - Formação, Pesquisa e Memória

GT3 – Circulação e Consumo

5. Definição dos Grupos de Trabalhos Específicos do Circo e escolha dos representantes

A Câmara Setorial debateu as diretrizes prioritárias em três grupos elegendo dois temas para formação de Grupos Específicos e uma Comissão Temática, que tem um caráter autônomo a proposta apresentada pela Coordenação das Câmaras Setoriais.

Os Grupos de Trabalho Específicos são:

- GTE – Questões Institucionais
- GTE - Fomento, Financiamento, Consumo e Circulação

Composição:

GTE – Questões Institucionais

<i>Vital Melo</i>	<i>Titular</i>
<i>Mario Bolognesi</i>	<i>Titular</i>
<i>Marcio Stankowich</i>	<i>Titular</i>
<i>José Wilsson Leite</i>	<i>Suplente</i>
<i>Felipe Thiago da Silva (Rossini)</i>	<i>Suplente</i>
<i>Rui Raiol</i>	<i>Suplente</i>

Composição da Comissão de Formação e Pesquisa

Rodrigo Inácio C. Matheus, Maria de Fátima Pontes, Cláudio Barria Mancilla, José Wilsson Leite, Joelma Costa e Ana Maria Gomes Lamenha

Cronograma de reuniões dos GTEs:

15 de agosto e 14 de setembro de 2006, no Rio de Janeiro/RJ.

GTE – Fomento, Financiamento, Consumo e Circulação

<i>Joelma Costa</i>	<i>Titular</i>
<i>Cláudio Barria Mancilla</i>	<i>Titular</i>
<i>Felipe Thiago da Silva (Rossini)</i>	<i>Titular</i>
<i>Geraldo Passos (Biriba)</i>	<i>Suplente</i>
<i>Maria de Fátima Pontes</i>	<i>Suplente</i>
<i>João Carlos Artigos</i>	<i>Suplente</i>

6. Apresentação da proposta de criação dos Grupos de Trabalhos sobre Temas Transversais GTTs das Câmaras Setoriais

Vitor Ortiz – Diretor do Centro de Programas Integrados da Funarte e Coordenar das Câmaras Setoriais

Apresentou a proposta de trabalho dos Grupos de Temas Transversais – GTTs

7. Eleição dos/as representantes da Câmara Setorial do Circo para os GTTs

A metodologia usada foi de auto-indicação ou indicação por afinidade ao tema e em casos de múltiplas escolhas fez-se votação nominal, somente dos/as integrantes da sociedade civil da Câmara.

8. Apresentação da instalação e funcionamento do Conselho Nacional de Políticas Culturais / CNPC

Ernesto Valença – representante da Secretaria Executiva do Ministério da Cultura

Explanou sobre a fase de implementação do Conselho que é um órgão consultivo e deliberativo, criado dentro do Sistema Federal de Cultura, não devendo ser este confundido com o Sistema Nacional de Cultura, cujo objetivo é criar uma sistema de gestão pública na área da cultura articulando ações e competências entre os entes da federação (União, estados e municípios).

Relatou que, neste momento, está sendo preparada a proposta de regimento interno, bem como sendo concluído o processo de indicação de representantes das áreas que não possuem câmaras setoriais. Reafirmou as indicações realizadas pelas câmaras no final de 2005 como aquelas

Grupo de Tema Transversal - GTT	Titular	Suplente
<i>Direitos Autorais</i>	<i>Ana Maria Gomes Lamenha</i>	<i>Alice Viveiros de Castro</i>
<i>MINC/MEC – Formação e Pesquisa</i>	<i>Rodrigo Inácio Corbusier Matheus</i>	<i>Cláudio Baria</i>
<i>Economia da Cultura</i>	<i>João Carlos Artigos</i>	<i>Rodrigo Inácio C. Matheus</i>
<i>Memória e Patrimônio</i>	<i>Joelma Costa</i>	<i>Alice Viveiros de Castro</i>
<i>Questões Trabalhistas e Tributárias</i>	<i>Alice Viveiros de Castro</i>	<i>Ana Maria Gomes Lamenha / Vital Melo</i>

efetivamente aceitas pelo Ministério da Cultura.

O CNPC – é o órgão colegiado a ser instalado pelo Governo Federal, nos termos do Decreto 5.520/2005, cuja finalidade será propor políticas públicas, através do debate e da pactuação entre os diferentes níveis de governo e sociedade civil, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional. Tem como objetivo principal a formulação de diretrizes para orientar a elaboração do Plano Nacional de Cultura.

9. Apresentação da Proposta de Edição do Caderno/Cartilha do Circo

Alessandra Brantes – assessora da Coordenação do Circo da Funarte

Explicou que a finalidade da apresentação é buscar a colaboração e as contribuições dos/as integrantes da Câmara Setorial na formulação do caderno, a partir de um texto preparatório. Ficou deliberado que o Caderno do Circo deverá ser mais debatido entre os/as integrantes da Câmara, buscando focalizar seu objetivo, público alvo e conteúdo. Para isto foi composta uma comissão que terá a responsabilidade de organizar as propostas apresentadas on line até o dia do lançamento da campanha "Receba o Circo de Braços Abertos", que será no dia 22 de julho de 2006.

O Diretor do Cepin/Funarte, Vítor Ortiz, esclareceu que o centro que dirige é o responsável pelas publicações da Funarte, constando do Plano de Trabalho das Câmaras Setoriais em 2006 a edição dos Cadernos das Câmaras Setoriais, cuja nomenclatura poderá confundir-se com o "Caderno/Cartilha" que está sendo proposto e tem outra finalidade. No caso dos Cadernos das Câmaras Setoriais, a finalidade é publicar, como meio de registro, todos os encontros e resoluções das Câmaras Setoriais.

Foi composta a comissão com os seguintes membros: Alice Viveiros de Castro, Zézo Oliveira e Ana Lamenha.

10. Discussão sobre a Coordenação do Circo na Funarte

Antonio Grassi – Presidente da Funarte

Explicou sobre a importância da criação da Coordenação da Área do Circo na reestruturação da Funarte, em 2005. Falou sobre os vários problemas para a sua implementação, desde questões geográficas, já que o coordenador da área era de São Paulo e com isto foram enfrentadas muitas dificuldades de encaminhamento das decisões necessárias para a sua atuação, já que a sede administrativa da Funarte localiza-se no Rio de Janeiro. Também relatou a dificuldade enfrentada pela direção da Funarte na definição de um novo coordenador para a área, uma vez que foram feitos convites para várias pessoas altamente gabaritadas para a função, mas todos declinaram, principalmente pelo desequilíbrio existente entre as obrigações e compromissos decorrentes do car-

go e o valor do salário, bastante baixo. A Coordenação da área está interinamente com o Antônio Gilberto, Coordenador de Artes Cênicas. Solicitou que a Câmara indicasse nomes para a Coordenação, mas a Câmara Setorial sugeriu que o Coordenador de Artes Cênicas, Antônio Gilberto, continuasse na coordenação do Circo até o final desta gestão, o que foi por ele aceito de imediato.

Explanou, também, sobre o Prêmio de Estímulo ao Circo, expondo os problemas orçamentários, uma vez que, o orçamento da União foi aprovado somente em Maio/2006, pelo Congresso Nacional, decorrendo no atraso de todos os trabalhos e ações previstas para o ano no Ministério da Cultura e, conseqüentemente, na Funarte. Sugeriu que a Câmara se debruçasse sobre a formatação do Prêmio e sugerisse modificações.

11. Organização dos trabalhos dos Grupos de Trabalhos Específicos - GTEs e os Grupos de Trabalho de Temas Transversais – GTTs

A Câmara foi dividida em três grupos de trabalho, com o intuito de organizar o trabalho nos dois GTEs constituídos e na intervenção dos/as representantes do circo nos GTTs.

O debate centrou-se sobre as prioridades das diretrizes elaboradas pela Câmara.

12. Encaminhamentos Finais

Márcia Bauer – mediadora da reunião

Proposta 1. Enviar e acompanhar as propostas do circo para o Plano Nacional de Cultura;

Encaminhamento: A Coordenação das Câmaras Setoriais da Funarte enviará os relatórios das reuniões do Circo para o PNC.

Proposta 2. Eleger um interlocutor do circo para acompanhar as mudanças do PRONAC;

Encaminhamento: A representante do Circo no Conselho Nacional de Políticas Culturais tem esta atribuição, assim como o GTE Fomento, Financiamento, Consumo e Circulação.

Proposta 3. Propostas do Circo para as alterações da Lei Rouanet;

Encaminhamento: Ação do GTE Fomento, Financiamento, Consumo e Circulação.

Proposta 4. Tratar a questão de comunicação e infra-estrutura no Comitê das Elétricas;

Encaminhamento: Uma ação para o GTE Questões Institucionais.

Proposta 5. Solicitação à Secretaria do Fomento do Minc da divulgação das regras do Programa de Concessão de Passagens;

Encaminhamento: A Coordenação das Câmaras irá providenciar a solicitação.

Proposta 6. Discussão do formato do Prêmio Estímulo ao Circo;

Encaminhamento: O GTE Fomento, Financiamento, Circulação e Consumo se responsabilizarão por esta demanda; e Rodrigo Matheus fará a síntese das propostas.

Solicitações da Câmara à Funarte:

1. Que a Funarte comunique antecipadamente, sempre que possível, sobre as reuniões, temas e grupos para os integrantes da Câmara Setorial;
2. Que a Funarte transfira a data do GTT Minc/Mec para que a representação do Circo possa participar;
3. Que a Funarte encaminhe para os integrantes da Câmara todos os documentos das outras Câmaras Setoriais;

Reunião 2006

RELATÓRIO DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DE CIRCO

Dias 04 e 05 de
Dezembro de 2006
Palácio Capanema –
Sala Cândido Portinari
Rio de Janeiro/RJ

Sumário

1. Abertura
2. Plano de Trabalho/2007
3. Relato e avaliação dos Grupos e Temas Transversais e Grupos de Trabalhos Específicos
4. Ações emergenciais de Câmara Setorial de Circo e Funarte

1. Abertura

Dia 04/12/2006 - Composição da mesa

Mediação: Márcia Bauer

Antônio Grassi – Presidente da Funarte
Antônio Gilberto – Diretor do Centro de Artes Cênicas/ Coordenador Interino de Circo

Vitor Ortiz – Diretor do Centro de Programas Integrados da Funarte e Coordenador das Câmaras Setoriais

Integrantes da Câmara Setorial: Alice Vergueiro de Castro, Ankomárcio Rodrigues, Cláudio Barria, Joelma Costa, José Wilsson Leite, Mario Bolognesi, Rodrigo Matheus, Felipe Tiago (Rossini), Geraldo Passos (Biriba), Maria de Fátima Pontes (Fatinha), Vital Melo.

Integrantes da CSC justificadas: Marcio Stankowich, Rui Raiol e José Carlos Vasconcellos.

Equipe de assessoria da Funarte: Alessandra Brantes, Janaína Botelho, Ana Paula Passos.

Saudações dos integrantes da mesa à Câmara Setorial do Circo.

Antônio Grassi – Presidente da Funarte
Saudações a todos. Fala sobre os avanços na área como a presença do circo nas discussões internacionais de intercâmbio das artes. Peculiaridades do circo como a diferença dos valores de cachê em relação aos outros pólos como da ópera (cujo cachê mín. é de 30.000). Observa sempre estes pólos opostos (circo e ópera), que apesar das diferenças têm também características muito próximas.

Sobre a questão das leis de incentivo, afirma que a gestão termina com as discussões relacionadas ao Cirque du Soleil. Diz que apesar do término desta gestão, aquilo que foi conquistado deve permanecer. Fala das dificuldades a não implementação do Conselho Nacional de Políticas Culturais, é uma questão que devemos perseguir. Afirmou querer estar presente nessa reunião mesmo tendo uma agenda paralela, pois acha muito importante esse encontro. Acha que o cuidado das Câmaras Setoriais (CS's) é essa relação tênue do vínculo com o órgão público e a ação da Funarte. Afirmo que as CS's têm que ter sua independência mesmo sabendo das dificuldades em relação a orçamento e estrutura. Acha importante as atividades nos fóruns regionais.

Agradece a presença de todos e afirma estar presente para ouvir as críticas e também para escutar os elogios.

Antônio Gilberto

Boas vindas a todos. Quero falar sobre questões pertinentes à seleção do Prêmio Carequinha. Nós tivemos problemas, pois tivemos que formar uma comissão de seleção de emergência para não perder a possibilidade de realização do prêmio, em função do adiantamento das datas pela Funarte. E ainda tivemos alguns problemas em relação aos documentos de Trabalho. Vamos entregar para o Grassi e então encaminharíamos oficialmente para o Gabinete do Ministro, ficando assim registrada a colocação das CS's. Mesmo que isso depois seja debatido pelo MinC, mas já teríamos dado um importante ponta-pé inicial. Encaminhamento com relação aos aspectos fundamentais: com relação à renovação das CS's. Podemos so-

licitar a permanência desta formação até que seja renovada.

Alice Vergueiro

Na sexta todos os documentos já tinham que estar no processo. Saliento a importância deste Prêmio, que é um dado desta gestão. A criação, a manutenção e a permanência de um prêmio, e o estímulo ao aprendizado de como fazer um projeto, são questões muito importantes.

Grassi

Não conseguimos fazer com o valor mínimo do ano passado, mas com a Petrobrás para o ano que vem, nós vamos conseguir um valor de 2 milhões. Isso vai compensar este ano em que demos um meio passo para trás. Vamos compensar agora com a Petrobrás para o ano de 2007. Dia 6, vamos ter 2 milhões para o Prêmio Carequinha. Isso vai permitir lançar o prêmio já no começo do ano. O orçamento da Petrobrás já está garantido, o da Funarte nós temos que aguardar.

No primeiro ano 2002, anterior a nossa chegada, o prêmio era 100.000, em seguida a nossa chegada, nós aumentamos para 300.000.

Vítor

Estamos diante de uma situação que define uma postura para as CS's. Este ano eu sugiro que façamos um processo um pouco diferente. Vamos concluir o Plano de Trabalho 2007. Articular essa proposta deixar pronta uma proposta nossa de trabalho, e receber todas as sugestões, dar mais um tempo para receber as sugestões até 15 de dezembro, deixando aberto para mais sugestões, e fechar este Plano concluído o novo proces-

so de seleção de membros das CS's, para que não haja um vácuo. A grande possibilidade para o ano que vem é fazer este processo de forma a fortalecer as CS's. Planejar uma volta aos fóruns estaduais, para retomar uma discussão nas bases, aquele trabalho que foi iniciado pela Ângela de Andrade, e pelos diretores da Funarte, para retomar esta linha de trabalho.

Antônio Gilberto

Como eu participei desta expedição, para mobilizar e fazer a propaganda das CS's, dar origem as CS's, eu sempre acreditei no projeto e acho que não dá para começar do zero sempre. Acho esse canal de comunicação muito importante, fundamental, e cabe a vocês esta luta. Desta forma, diante de uma eventualidade - que eu acredito que não vai acontecer - mas numa eventualidade de outro governo que venha a atuar, daqui a 1000 anos, não venha terminar com essa conquista!

Vítor

O mandato está definido em portaria por um período de dois anos; quero deixar claro que é prerrogativa do ministro qualquer decisão neste sentido.

Rodrigo

Quero só um esclarecimento, o Gil está decidindo que não continua? Vocês estão decidindo que não continuam... O que está acontecendo?

Grassi

Isso será definido nos próximos dias, nós ainda não sabemos. Mais importante é dar seguimento ao trabalho e firmar o trabalho e não se deter em nomes. O risco de não continuar a política não existe!

Antônio Gilberto

Proponho que continuemos até as 14h e façamos um pausa até as 15h, inclusive para que os integrantes da Comissão possam voltar ao trabalho de seleção dos projetos.

Ana Paula

Alguns participantes justificaram suas ausências: o Rui Raiol, está com problemas de trabalho e Luis Vasconcelos, não pode estar por dois motivos primeiro por que está no interior gravando e também em relação a funarte na CS por questão de inadimplência, pois não pode responder aos telefonemas e enviar o documento que está faltando pois está em local de difícil acesso. Márcio Stankowich está com problemas com a prefeitura de São Paulo que impediu que seu circo fizesse as apresentações.

Alice

Ao longo da nossa vida nós teremos este tipo de problema e acho que devemos ter compreensão.

Alguém tem noticia do Ankomárcio, João, José Wilson?

Ana Paula

João só poderá participar amanhã porque está na Coordenação ajudando lá, o Ankomárcio está chegando, pois está na Coordenação do Anjos do Picadeiro, a Ana Lamenha até ontem estava tudo bem. E com o Barria eu falei ontem também e ele é daqui do Rio, deve estar a caminho.

Alice

Eu teria que dar a minha cara para as discussões do GTT, pois temos aqui pessoas que também estavam pre-

sententes no encontro. Mas eu gostaria muito de ouvir os relatos dos GTE's, pois entraram mais fundo nas discussões específicas do próprio circo.

Vítor

Para aproveitar melhor a minha presença aqui acho que poderíamos inverter essa ordem. Eu gostaria de ficar para os relatos dos GTT's, mas eu só posso ficar até as três da tarde e eu queria pegar aquele documento para terminarmos e para que eu possa apresentar numa reunião que eu terei essa semana em Brasília. Eu proponho então, que a gente faça esse primeiro ponto agora, e amanhã eu fico full time aqui com vocês.

Rodrigo

Gostaria de saber o porquê dos outros não estarem presentes. Também estou sentindo falta de discussões temáticas mesmo! Todas as CS's estão discutindo diretrizes, se vocês não tiverem uma proposta de temas seu tenho!

Vítor

Gostaria de apresentar o documento que nós trabalhamos, eu e a Márcia - mais a Márcia do que eu - para eu poder apresentar isso lá em BSB. Como fica então?

O impasse da ordem da pauta ficou definido iniciando as discussões do Plano de Trabalho/2007.

2. Plano de Trabalho/2007

Vítor

Há um conteúdo, embora no Circo isso seja menor (em quantidade e não em qualidade), que já trouxe muitos avanços. O Marco Acco deixou uma porta aberta que nós ainda não utilizamos, mas precisamos aproveitar isso. Uma questão que devemos pensar é a da representatividade. E acho que a de Circo é uma das mais bem representadas, pois nós acertamos quando decidimos incluir representantes de todos os segmentos.

Problemas da representação, estadual, regional. No Norte por exemplo, infelizmente o Pará não tem a menor possibilidade de representar o Amazonas e assim sucessivamente. Isso é diferente do caso da região Sul, em que um estado pode representar o outro com mais facilidade de interlocução e proximidade de realidades. Outro ponto é o da ressonância e comunicação dos temas e do debate, pela falta de estrutura para difundir a produção das Câmaras. Outra questão: as CS's são fóruns (o que é a CS? Para que ela serve e para onde ela vai?) Elas constituem um órgão consultivo, mas este governo atribuiu outro caráter além do consultivo (a participação de membros nas comissões de seleção, por exemplo), incluindo funções deliberativas. Ainda assim, existe um espaço entre as CS's e o governo onde a palavra final é do governo e não das CS's. O CNPC seria esse meio campo pela sua função deliberativa. Com a Funarte isso não é um problema, mas para as Secretarias dos MinC é problemático, pois estas não podem acompa-

nhar todo o processo das CS's. Estou dando os elementos para podermos fazer uma análise. Pior ainda quando passamos da esfera do MinC para o relacionamento com outras instâncias e outros Ministérios, não é fácil conseguir uma pauta lá no Ministério do Trabalho para que eles se interessem pela cultura e nossas questões. Eu acho que isso deve ser conquistado. Uma outra questão é da assessoria técnica - que é diferente da equipe que temos aqui na Funarte e que modestia à parte é altamente qualificada - mas que deveremos contratar para contribuir com o trabalho, para que nosso produto final seja mais qualificado de acordo com a linguagem jurídica etc. Acho que tem ainda certo ranço, do poder da burocracia, que é uma espécie de corporação, que não está acostumada aos processos participativos. Isso não é uma crítica a uma determinada pessoa. Esses são problemas que as CS's vão ter que enfrentar, pois os produtos das CS's deverão ser reconhecidos num determinado staff, para sua valorização.

Quanto aos recursos, acho que devemos ter menos gastos com as passagens ou que seja o mesmo, mas que haja um gasto proporcional à assessoria técnica. Em 2007 será o mais importante a renovação das CS's, para relegitimar as CS's nesse novo período de governo. Ir aos lugares, fazer os debates. Infelizmente, a Região Sul não tem representante, pois o Dilmar Messias perdeu o voo e não pode estar presente no Seminário.

Joelma

Um esclarecimento sobre a Região Sul, (dúvida sobre essa representação, pois teria escutado alguém afirmar que foi tirado sim

um representante das CSC para a Região).

Alice

Acho que é urgente o início de inter-relação entre a Asfaci e os contatos com pessoas de relação distante anteriormente, como o Dilmar, o Marcelo. A gente tem que estar junto, a gente tem que se somar. É importante que essas pessoas estejam participando, pois aqui o Rossini não está representando MG ele está representando um pensamento de um segmento que pode muito bem dialogar com alguém do Alagoas.

Vítor

Então agora peço a atenção de vocês, vamos iniciar um processo de renovação das Cs's, e em outubro teremos um novo empossamento da CSC.

Rodrigo

Isso inclui o Circo?

Vítor

Sim, o Circo dispensaria um pedido de prorrogação para o ano que vem, pois ainda tem seus representantes com gestão válida. A data oficial ficou sendo a da criação das CS's no Seminário em novembro de 2005.

Rossini

O que me preocupa é a questão da prerrogativa do Ministro.

Nós não tivemos tempo hábil para discutir o que ocorreu nos GTT's e GTE's, então estaremos perdendo o que já foi investido nesses encontros anteriores, pois nós não apro-

fundamos nossas discussões ainda. Acho isso mais importante do que partir para a discussão do Plano neste momento.

Alice

Na boa, nós temos que ter muito cuidado, pois você tem uma clareza desse processo que é fundamental, mas nós temos que ter o cuidado da nossa discussão interna, para que tenhamos clareza daquilo que nós queremos. Como por exemplo, agora pouco, pela sua fala quase ficou parecendo que teríamos um acordo que na próxima CSC teria um representante do Sul, sendo que mesmo que o Dilmir tivesse ido ao seminário, ele poderia não ter sido eleito, pois aquele encontro trouxe surpresas. Todos nós aqui temos representatividade em nossos trabalhos, nosso problema é tempo para trabalhar entre nós, tempo para aprofundarmos nossa discussão. Pois você até pela sua posição, vai estar sempre pensando em todas as CS's e nós temos que pensar no Circo.

Rossini

Assumimos uma posição que nos trás cobranças e causa um desgaste político e divisões internas, pois a classe tem cobranças muito claras e diretas de lonas que rasgam, por exemplo. Nós temos que apresentar resultados muito palpáveis e diretos para essas pessoas, que na sua maioria são de linguagem simples e nós não vamos ficar falando sobre o funcionamento da república.

Rodrigo

Acho que precisamos de verbas mesmo para os encontros e não para assessorias técnicas, pois antes

disso, nós precisamos nos alimentar internamente. É isso que me parece.

Mário

Um tópico que eu não falei é da relação da CSC com a Funarte. A CSC vai assumir sua independência. Como órgão consultivo, nós estaremos apresentando a nossa proposta para o governo, independente do governo acatar ou não as sugestões da CSC e vice-versa.

Vítor

Com relação a essa questão de representação da Região Sul: acho que a CSC é a que tem menos problema de representação. Não quer dizer que seja perfeita, pois isso não existe. Eu acho é que a CSC precisa acertar o passo em relação às outras Câmaras. Acho que podemos incluir mais uma reunião no calendário. Acho que não poderíamos perder a oportunidade do primeiro mandato para investir nisso. É a hora de ajustar, arrumar, essa é a melhor hora para fazer esse trabalho, neste primeiro ano. Esse trabalho não vai ocupar tanto os membros das CS's, mais a estrutura organizativa das CS's.

Alice

Não é bem assim, pois todos nós estaremos mobilizados nas nossas regiões.

Vítor

Então vou terminar de apres apresentar a proposta: de maio a outubro seguimos com a mesma composição da CSC. De maio a setembro, vamos repassar todos os estados para mobilizar para a renovação das CS's. Serão duas reuniões por estado – com

um chamamento para as reuniões publicados no site com pelo menos 15 dias de antecedência - para solucionar um problema ocorrido no primeiro processo de mobilização. Essa primeira reunião aberta será para avaliação e propostas sobre as Câmaras Setoriais. A coordenação destas reuniões tem que ser da Funarte, do MinC ou da Representação Regional do MinC e Funarte. Nós queremos que a responsabilidade desse processo seja de quem convoca em primeiro lugar. Acho que esse trabalho deve ser assumido pela estrutura de governo e não deve ficar nas costas dos representantes das Câmaras.

Alice

O nosso medo é que esse tipo de reunião aberta aconteceu de formas diferentes em cada estado. Alguns convocaram a classe e outros chamaram um e outro. O Circo teve a sorte de formar um grupo de pessoas bem intencionadas, mas na medida em que vai se configurando um poder para as CS's, isso começa a atrair atenção.

Vítor

A primeira convocatória é aberta para todas as áreas. A segunda convocatória é específica para a área (circo, dança...), para fazer o processo de escolha do representante de cada estado. O processo de renovação, nós estamos propondo que seja nos moldes do Circo e das Artes Visuais, tirado através de um Seminário, todos os 27 estados juntos. Esse é o processo por estado, por segmento nós teremos que ver como fazer.

Entre setembro e outubro, teremos a posse das novas composições com mandato de dois anos até setembro

de 2009. Nesse semestre também já definiríamos o Plano de Trabalho das CS's para os outros anos.

Serão necessários pelo menos dois encontros no primeiro semestre da CSC, para fazer um acompanhamento do PNC (Plano Nacional de Cultura). Estou prevendo duas reuniões (em maio e em julho) deixando margem de recurso para uma possível terceira reunião.

Rodrigo

A gente poderia já deliberar aqui na direção de definir essa terceira reunião uma vez que a CSC está defasada em seu processo de discussão?

Alice

Qual é o custo de um encontro das Câmaras Setoriais aqui no RJ? Eu acho que essa reunião deve ser anterior a maio, pois em maio o processo de eleição já estará em pleno andamento.

Mário

No último ano, o orçamento foi aprovado o mais tarde possível e por isso atrasou o trabalho do governo, neste ano de eleição. No ano que vem nós não esperamos que isso ocorra.

Vítor

Esse ano, em março, nós já tínhamos condições de dar seguimento aos trabalhos das Câmaras.

Biriba

Vamos fazer uma reunião em cada estado e explicar o que é uma CS, o que ela faz. O que ela vai encaminhar. Esse entendimento é importante para que as pessoas busquem o contato

e a comunicação. E para que elas saibam o que deverá ser a continuidade do trabalho.

Vítor

Acho que a gestão das CS's deveria ser descentralizada, e com uma assessoria técnica para que houvesse um adequado acompanhamento do material. Para otimizar o andamento das oportunidades que aparecem durante o processo (como o caso do Marco Acco).

José

Essa questão da renovação das CS's: o que ela representa para os governos e autoridades locais? Nada. Não conseguimos representatividade nos municípios. É muito difícil, pois a CS não faz nada. No momento tem três circos trabalhando com liminar em SP, oito foram interditados. A CS, através da Funarte e do MinC, pode pedir audiência com os prefeitos dos municípios para discutir a questão do circo. Cadê a força da CS? Não há não existe. Nós ficamos aqui discutindo e enquanto isso o Circo Moscou, Circo Stankowich, entre outros, estão interditados. Porque "aqui não dá", "aqui não pode".

Rossini

É a velha história da falta de motivo.

José

Agora é exigência todo circo em SP ter uma ambulância à disposição. Isso é impossível de ser custeado pelo circo, uma ambulância e enfermeiro de plantão.

Mário

Vem à tona aqui a relação da CSC com a Funarte e mais, a expansão

da Coordenação para os segmentos demais da Funarte. Nós temos uma representação da Funarte em SP, mas não se criou canal de comunicação suficiente. Não queremos que as coisas fiquem entre quatro paredes, queremos mais efetividade.

Vítor

Uma das coisas que vai trazer mais efetividade é a presença da Assessoria Técnica, para orientar nas formas de encaminhar as decisões tomadas pelas CSC. A CS não pode ser confundida com um sindicato ou com uma associação, é um órgão consultivo, ela não tem essa estrutura de representação de classe.

Cláudio

Todos nós temos interesse de colaboração com o governo a partir de nossos setores, numa relação de parceria. E é isso que eu acho que está em jogo nessas falas. Para que haja atuação em questões concretas imediatas. Abrindo canais de articulação.

Mário

Nós não esperamos com a CS apenas uma colaboração com o PNC, nós estamos com uma preocupação com uma situação em que a água já passou da cintura e está pela altura do nariz, nós viemos com uma expectativa que não está sendo atendida.

Joelma

São as ações emergenciais que exigem uma vontade política que não está acontecendo.

Vítor

Acho que devem ser elencadas as prioridades e feita uma conversa com a coordenação, pois a CS realmente não tem um papel executivo. Aqui pode ser preparado o encaminhamento.

Mário

Temos então mais um assunto para nossa pauta.

Cláudio

Pautar essa relação de parceria. Há também uma tensão, uma necessidade de cuidado e carinho por parte da Coordenação na hora de dizer não. Porque não, quais motivos.

Márcia

O Vítor vai mandar a proposta do Plano de trabalho para as sugestões de vocês. Vocês levantaram algumas questões que ainda estão em aberto. Agora nós podemos entrar na continuidade deste trabalho, depois nós temos a apresentação dos GTT's e GTE's, e as questões da parceria da CSC com a Funarte que são as ações emergenciais.

3. Relato dos Grupos de Temas Transversais (GTT's) e Grupos de Trabalho Específico (GTE's)

Mediadora – Relatos dos grupos de trabalho, GTTs e GTEs, 10 minutos para cada apresentação, e seguimos hoje até às 19h. Amanhã de 9h30

até 12h30 Plano de Trabalho, fazemos uma pausa de uma hora para o almoço e às 13h30 retornamos e chamamos para o encerramento os representantes da Funarte.

RELATO GTT FORMAÇÃO E MEMÓRIA:

Rodrigo

Foram feitas duas reuniões dos GTT's de Formação. O que se discute lá é a educação artística nas escolas, coisa que não se aplica no nosso caso. Me senti um peixe fora d'água lá. Na 1ª reunião deveríamos criar um documento para encaminhar para a Câmara Interministerial de Educação e Cultura.

Cláudio

Queria saber em que pé estão as discussões nesse GTT, se há espaço para a construção de novas diretrizes e as possíveis sugestões que possamos encaminhar para a Câmara Interministerial. É gritante a falta de determinados itens importantes, como um debate aprofundado dos espaços de aprendizado fora do âmbito do ensino formal. Nessa Câmara Interministerial de Educação e Cultura, a discussão de arte e cultura com base para educação e cidadania.

Mário

Rodrigo, eu acho que alguns tópicos têm problemas mais gerais e outros localizados. Aquela discussão das questões emergenciais. Item 3, é por exemplo um item que pode ser encaminhado pela CS já imediatamente, pois são ações da própria Funarte, ou ações que podem ser solicitadas pela Funarte por solicitação da CSC. Itens 1 e 7, estão sendo encaminhados pela Lei.

José Wilson

Como anda a história da Escola Nacional de Circo, do reconhecimento da ENC? Não vejo falta de espaço lá para isso.

Cláudio

Das questões que o Rodrigo falou e da luz que o Mário jogou sobre ele, temos questões que podem ser atendidas emergencialmente pela Funarte, e outras que podem ser pautadas mais para frente. Temos a visão de que nosso trabalho não se restringe ao PNC.

Rodrigo

Não sei mais o andamento desta Câmara Interministerial no GTT. A segunda reunião era para produzir o documento final, o documento eu não recebi ainda (pode ser que a Miriam esteja aberto a adendos). Para o MEC o que não é formal não é da sua alçada, o MEC define o que é formal. Para o Mário, o que me motivou a escrever isso é salientar a importância desses pontos. Para José, o grande problema no caso da ENC é o fato dos professores não serem formados, não possuem um diploma. A ENC é a primeira escola, aquela que será apoiadora das outras. Ela é que deve ser reconhecida.

José

Devemos lutar pelo reconhecimento dela (ENC) em primeira instância.

Rodrigo

Estamos pedindo o aprofundamento das questões temáticas

Joelma

O Rodrigo foi para lá sem o registro da nossa discussão coletiva, porque

tem coisas que a gente discutiu e quebrou o pau e não estão aí. Como a troca de conhecimento com os circos de lona. Perdemos uma parte da discussão por conta de um problema no computador da Funarte. Como a proposta de uma bolsa e moradia para os alunos de baixa renda de fora do estado para fazer o curso na ENC. E quanto ao termo reciclagem, proponho uma alteração por estar ligado ao tratamento dado ao lixo.

Rodrigo

Acho um pouco xiita, mas tudo bem. Rossini – De que maneira foi colocado no GTT?

Contato com outros ministérios: Como foi tocado o andamento dessas questões, foi estabelecido um prazo para o andamento dessas questões.

Geraldo

Estava em aberto, o documento que foi enviado para o comentário de todos. Fica muito difícil, antes de irmos para um GTE ou um GTT, temos que discutir e debater antes. Para não termos que avaliar isso depois.

Rodrigo

Essa discussão que a Joelma falou, eu acho que a gente entra nas nossas discussões temáticas, o que eu acho importante. Eu fui sem trabalho anterior, eu acho que esse grupo de trabalho específico eu não estava participando, (Joelma relembra que ele estava), peço então desculpas pelas coisas que eu não lembrei como a da moradia, por exemplo.

Cláudio

Esse ponto é uma questão de fortalecimento da Escola, e isso entra no PNC. Como isso vai ser feito talvez não seja trazendo as pessoas para o RJ, pode ser levando a Escola para outros lugares. Colocamos a questão do fortalecimento para o PNC.

Márcia

Mas não se atenham tanto ao PNC, nós fizemos as reuniões da CSC, os GTE's, os GTT's. E cada Câmara não tinha um documento específico. Não vamos nos ater somente no PNC, pois lá não entram ações tão específicas e sim as diretrizes mais gerais.

Ankomárcio

Cada vez mais gente tem trabalhado com circo e os acidentes começam a ocorrer, devido à falta de fiscalização, de organização, qualquer um dá aula... Que tipo de ação que pode ser feita. Percebemos em Brasília que somos ainda muito imaturos para lidar com determinadas questões.

Rodrigo

Quem reconhece os cursos de âmbito técnico ou médio é o estado. Eu usei uma influência da Escola Nacional que é de América Latina, o reconhecimento deve acontecer em nível federal e não estadual.

Cláudio

Porque existe um nível superior em dança, música e em Circo não? Isso é parte da nossa colonização, e da cultura de elite que fez sua formalização a mais tempo, e mais tarde as universidades foram incorporando as danças e músicas populares no ensino formal. No caso do circo isso

não aconteceu, pois sempre foi uma arte popular.

Márcia

Estou querendo retomar um pouco a nossa discussão. Passo para o Rodrigo prosseguir o relato.

Rodrigo

O Biriba perguntou quem respondeu aos e-mails, apenas a Fatinha, nós precisamos aprofundar as nossas discussões temáticas. O Ankomárcio levantou a questão da segurança que é fundamental, mas é um ponto que deve ser discutido e acertado entre nós. Nós estamos mais avançados nesse ponto e você pode participar das discussões.

Temos que tomar cuidado com essa formalização e ver quando que ela nos interessa.

Acho que o reconhecimento só tem uma dimensão que nos interessa que é a garantia do espaço de trabalho para os circenses. No âmbito público não há escolas de nível técnico.

Rodrigo

O maior problema do GTT é o mesmo das Câmaras Setoriais, de chegar sem saber o que vai ser discutido, e quase nem com quem. Aqui pelo menos sabemos com quem vamos discutir.

Márcia

O documento está a salvo comigo.

Joelma

Foi muito importante a presença do IPHAN na reunião onde foi verificado

por eles que não há políticas públicas para o Circo nesse campo.

Márcia

Quem se inscreve, comentários, perguntas sugestões.

Márcio

Eu tenho certeza que nesse GTT, todos os pontos levantados eram unanimidade com as outras áreas, pois todas são muito carentes nestas questões de patrimônio e memória.

Cláudio

Exemplo da Venezuela que conseguiu fazer uma política com os livros de forma a democratizar o acesso.

APRESENTAÇÃO DO GTE FOMENTO

Mário

Os GTE's vão mais direto à nossa relação CSC-Funarte, por isso acho importante trabalharmos com documento em mãos.

Márcia

Que culmina com o Plano de Trabalho amanhã. Se for necessário aprofundar, a gente retoma isso amanhã.

Cláudio

Nenhum trabalho de GTE está fechado, finalizado.

Rossini

Eu quero deixar alguns fatos registrados, pois nosso GT não se reuniu apenas para discutir essa questão como também para refletir sobre o

prêmio estímulo, que eu quero deixar transparente. Eu queria deixar um tempo separado para isso. O nosso GT foi convocado com duas missões específicas: elaborar um documento para o PNC e elaborar políticas de inclusão do circo. Participaram: Joelma, Cláudio, Rossini e a mediadora foi Alessandra Brantes. A Assessoria Jurídica da Funarte participou para ajudar. Colocamos algumas questões de ordem prática como a necessidade de um CNPJ, que cria um problema e um desvio de recurso, pois o que acontece é que se paga alguém para emprestar o CNPJ. O nome do Prêmio é de um artista independente, mas só podem participar artistas com CNPJ. Verifiquei que está dentro da legalidade atribuir um prêmio para artistas independentes. Fato que foi confirmado pelo Setor Jurídico da Funarte. E apesar disso, não passou pela intermediação a intenção de levar em frente essa proposta pela possível dificuldade de conseguir ser realizado (criou-se uma dificuldade de coerência e o conteúdo do documento do GTE acabou ficando muito diferente da intenção inicial). Questiono o fato da instituição afirmar que esses editais são elaborados pelos próprios artistas. Outro porém, é como nós estamos estudando a possibilidade de contratar uma assessoria técnica, pois estamos vivendo um momento em que o circo está sendo censurado (questão dos animais), por órgãos públicos, sendo essa questão ilegítima do ponto de vista da censura.

Fátima

Quero elogiar a posição de Rossini no momento do Fórum Funarte, em não se colocar clareando que muitas propostas nossas não apareceram no edital, por não ser o momento adequado para o comentário. Pergunta

é se vocês têm a documentação elaborada com as propostas de alteração do edital e a sugestão é disponibilizar para podermos comparar.

Cláudio e Rodrigo

Acham complicado pensar a questão do uso dos animais no circo apenas do ponto de vista da censura artística.

Cláudio

A questão do CPF, precisamos ter cuidado para pensar no quando, como e de que maneira. Cuidado também de liberar o prêmio para qualquer CPF e perder o controle mesmo. Como fazer isso, valorizar o artista independente sem ter que escondê-lo atrás de um CPF.

Ankomárcio

Como esses prêmios vão chegar àquelas pessoas que ficam sabendo de última hora, num desespero? Eu sei que as pessoas têm que crescer, evoluir, mas devemos encontrar uma forma de suprir isso.

José

Essa discussão do CPF está registrada em edital lá em SP, de 10.000 reais para compra de figurinos, melhorias de equipamentos. Posso trazer essa cópia para nosso trabalho.

Mário

Nós precisamos mudar a postura com a Funarte e mostrar o que é possível de fato.

Rodrigo

Para Ankomárcio, o edital tem essa perspectiva de gerar uma mobiliza-

ção, aquela pessoa que ficou sabendo de última hora e não pode se inscrever, com certeza vai estar mais mobilizada no próximo ano.

Essa exigência do CNPJ é um estímulo implícito para a formalização, e não considero isso ruim.

Rossini

O próprio documento original sairá com muita interferência que eu não acho que deveria sair. Quanto à questão da censura, é uma coisa que eu já me questionei, não se pode permitir um espetáculo que mate uma pessoa, mas nós estamos tratando de um profissional que é reconhecido por lei que é o amestrador e o domador. É um embate de leis. É uma questão do mundo do trabalho. Até para que haja um debate, é preciso que seja permitido, para que possamos regulamentar. Não se pode colocar o domador e o amestrador na ilegalidade.

Cláudio

Questão de ordem, o Rossini deve apresentar o trabalho do grupo e não assumir uma postura de debatedor. Isso é importante, mas para um outro momento.

Márcia

Precisamos acatar a questão de ordem e pedir que continue com uma síntese do trabalho do GTE.

Continuidade da reunião em 05 de dezembro de 2006

Mediadora – Iniciamos os trabalhos com a apresentação do GTE Fomento e Circulação. Sugiro que à medida que

o Rossini for lendo, quem tiver alguma proposta ou comentário faz um destaque para voltarmos ao ponto depois da apresentação do texto.

Rossini

Deu início à leitura do documento

Mário

Vocês estão propondo aqui emenda constitucional, ou projeto de lei? Acho que devemos investir em uma das duas. Não sei se podem encaminhar juntas ou se elas conflitam.

Márcia

Acho que aqui são duas propostas. Uma é sobre a regulamentação do circo e a outra trata do aumento do orçamento.

Rossini

Nós aproveitamos uma serie de mecanismos que já aparecem na constituição, essa é uma questão jurídica que cabe um amplo debate, cabe a emenda e o proj de lei.

Rodrigo

No 2.1.8. é só um adendo, que esse guia seja revisado a cada 5 anos, para que a gente não fique amarrado numa lei que foi feita há muitos anos atrás.

No fomento – no 2.2.1. é uma dúvida, não temos como estabelecer valores. Como discutir os recursos, como incluir uma rubrica.

A ideia de estabelecer um percentual é muito prática e eficiente, devemos estabelecer uma meta, um percentual e estudar essa questão para definir melhor esse valor.

Biriba

Voltando no ponto 2.1.8

Rodrigo

Essa cartilha a ideia é que ela seja distribuída para os circenses – uma explicação quanto às leis orgânicas dos municipais para os circenses. A cartilha para os prefeitos é outra.

Mário

2.2.4. Acho fundamental que seja reforçado pela Funarte – pelo formato atual da lei Rouanet é impossível, você capta recursos para este projeto, uma vez captada o governo dá o de acordo, e você inicia o projeto. Não há continuidade.

Nos centros culturais é apresentado ano a ano

Minha proposta: Que fique claro para a Funarte nossa intenção de incluir mecanismos de reversão na lei.

Rodrigo

eu queria questionar o modelo da lei Rouanet, que é o modelo do mercado. Se eu estou cheio de amigos donos de empresa, eu nem preciso da lei, pois eles já vão me financiar de qualquer jeito.

Mário

A pessoa física já tem acesso à lei.

Rodrigo

Acho que o modelo não é legal, a gente não estimula o incentivo real da iniciativa privada na cultura. Nós vemos a empresa utilizando dinheiro público para benefício privado. Minha proposta é que esse ponto deve ser mais discutido.

Mediadora: aqui a ideia é criar uma proposta, ou formar um novo modelo.

Rossini

é um problema crônico da atividade circense que é o da miséria. O mecanismo atual tem um viés comercial neste modelo, onde a posição do artista é de proletário, descartável, se torna refém de um produtor, sendo que a origem do mecenato não é essa. Essa posição que o artista fica não está correta neste modelo, ele fica proletarizado. Tanto nos pontos 221, 222, 223 224 – A gente tem que garantir que há uma estrutura de fomento, uma lei de fomento.

Mário

Eu também tenho destaque quanto a esses mesmos pontos o 3 e 4 está sendo discutido na CNIC. Seria de bom tom que a Funarte encaminhasse isso como meu reforço para a CNIC. A Câmara Setorial deveria estimular a criação de uma lei federal de fomento para o circo. São duas coisas, uma é a lei Rouanet, outra é a lei de fomento.

Rossini

Tenho um adendo. A proposta original visa as artes cênicas, que não é adequado

Márcia

Qual é o encaminhamento do 2.2.1.

Mário

Criar uma lei federal de fomento para as atividades circenses, sem anular o prêmio.

Rossini

Deixar claro que um prêmio é um prêmio, um contrato é um contrato, para não criar problemas mais tarde. Importante no ponto 2.2.1.2 – Recurso para os editais de circo.

José

No item 233 essa questão do micro-crédito, quando mencionam essas moradias para itinerantes quer dizer trailers. O artista que não tem endereço, não tem acesso à crédito.

Rodrigo

Solicitando esclarecimento de que aconteceu com a cartilha do circo e com a campanha "Abraça o Circo" em parceria com a Rede Globo.

APRESENTAÇÃO DO GTE QUESTÕES INSTITUCIONAIS

Mário

Algumas considerações sobre o trabalho. O texto que está um pouco mais forte é original, o mais apagadinho são as considerações do Rossini.

Márcia

Estou atenta aos destaques.

Mário

Inicia apresentação.

Destaques: Rodrigo, Joelma, Biriba, Rossini, Fátima

Márcia

relembrando a metodologia, pois temos muitos destaques. 3 min de

fala para quem fez o destaque e aí a gente abre para as duas intervenções de também 3 minutos. Rodrigo Art. 1 parágrafo 1

Rodrigo

Eu já ouvi falar que a lei federal prevalece em relação à lei municipal.

Rossini

A lei federal prevalece em relação ao municipal, porém você vai entrar na justiça contra o município. A ideia é mostrar que aquela lei é nula.

Mário

O Rodrigo tem razão em algum ponto, tem certas coisas que o município tem prerrogativas (lei do ISS, ensino pré-escolar), mas neste caso estamos querendo uma lei federal.

José

mesmo tendo a lei, se ele for de oposição ela vai dizer que o governo federal manda lá e ele manda cá!

Márcia

Art 2 inciso 2, Rodrigo

Rodrigo

Mais uma questão de fundo, a pesquisa na prática é uma atividade circense.

Mário

Não, mas pode ter interfaces práticas.

Rodrigo

Aqui me parece que é o pesquisador, o estudioso, mas eu não estou con-

seguindo imaginar nenhum problema, encerro aqui.

Joelma

Art 2 III Aqui eu estou preocupada se há continuidade nesses trabalhos, ou se são ações isoladas.

Rossini

Esse artigo está de certa forma incompleto, pois não está contemplando a tradição do circo, os cursos livres, oficinas, pois não queremos engessar as possibilidades de trabalho.

Fátima

Quanto aos termos "programas" e "assistenciais" – cuidado de não ser confundido com assistencialismo, pois o circo social não trabalha com o pensamento assistencialista. Sugiro a mudança da redação para deixar isso mais claro.

(Todos fazem sugestões para um novo texto)

Cláudio

Essa questão é muito polêmica

Rossini

Existe a preocupação e não banalizar e outra em não engessar. É interessante não colocar na marginalidade o ensino informal, como o dos griôts.

Rodrigo

Propõe redação (todos discutem)

Redação final do item: "Compostas por iniciativas regulares de ensino e apren-

dizagem de técnicas, práticas e estéticas circenses, seja na forma de iniciativas formais ou não-formais”.

José

Acho que tem que continuar os laudos anuais.

Ana

Pleiteando laudo anual. Tentando através do corpo de bombeiros, mas continua necessitando da assinatura do Engenheiro. O CREA não abriu mão dessa autorização do engenheiro, pois o solo cada hora é de uma forma.

Mário

Sugestão: Responsabiliza os circenses pela reposição dos materiais que sofrerem desgaste.

Complemento do art. 3º A) (texto acordado por todos): Laudo e planta baixa assinado por engenheiro responsável e a estrutura de acomodação do público, bem como previsão de durabilidade dos materiais.

Art 6 Rodrigo –parágrafo 1º Comenta; pela estr da organização do país é possível (...)regulamentação em 90 dia pressupõe um trabalho da gente

Rossini

Meu destaque Para q isso fique condizente com o que foi discutido gtt

Deixar nas mãos do MEC é restringir ao ensino formal, daí pensarmos na Funarte como o órgão para tratar essa questão. Discutindo com o Zezo veio essa sugestão de algo específico

Rodrigo

A questão da não formalidade fica destacada quando falamos dos cursos livres

Mário

A questão dos 90 dias é a necessidade da lei estabelecer prazos

Rossini

se a lei estabelece que a Funarte é a instituição que vai dar eco para as escola de circo

Art 7 parágrafo 1º -Fátima – Dúvida com relação ao estabelecimento do valor

Rossini

Estabelecendo 500 UFIR, proteção contra os prefeitos mal intencionados.

Mário

A UFIR hoje é pouco mais de um real.

Rodrigo

Esclarecimento quanto aos direitos de se apresentar nos espaços públicos. Em outros países há órgãos que regulamentam isso, coloca normas de organização e impõe limite para as apresentações.

Rossini

que tenho direito de apresentar a qualquer hora em espaço público, é a liberdade de expressão.

Art. 9 Cláudio vincular fonte dos recursos. Encaminhar um levantamento de lugares que tenham a possibilidade de arrecadamento.

Bolognesi

o intuito do artigo foi pensar uma diretriz para fomento no circo. Destinar recursos.

Art. 10 Bolognesi , Cláudio o IBAMA consulta conjuntamente com a Funarte e órgãos da categoria.

José Wilson

como delegar para o IBAMA?

Joelma

caso houver mudanças na própria funarte não poderemos continuar o trabalho

Cláudio

Propõe a criação do Conselho Nacional de Circo que seria órgão consultivo para resolver questões em conjunto com o IBAMA e funarte.

Cabe ao IBAMA juntamente com o conselho nacional de circo..

Cláudio e Bolognesi propõe inclusão do – parágrafo 3 Com exceção dos animais e vias de extinção

Parágrafo 2

Rossini

Propõe mudança em "Os animais domésticos e os não selvagem"

Art. 11

Rossini

Pena apreensão temporário até que se regularize a situação

Bolognesi

bem como respeitar normas estabelecidas pelo IBAMA para cada animal.

Art. Parágrafo 3

Rossini

propõe mudança que estabelece nos termos da legislação penal e civil.

Art. 13

Destaque Joelma

propõe ampliar órgãos, pois tem medo que a Funarte seja esvaziada e não poderá contemplar as questões a ela delegadas.

Fatinha

A abrangência de como a Funarte vai dar conta e de que forma regionalizar as demandas?

Rodrigo

Vamos continuar formando professores assim informalmente?

Bolognesi

O artigo só fala do reconhecimento do notório saber e não de formação. Continuou como está.

Parágrafo 2

Proposta da Ana Lamenha

incluir DRT

Proposta

Mário Bolognesi
continuar como está .

Votação

Incluir DRT – 2

Rossini e Ana - Não se inclua o registro – 5 - Cláudio, Fatinha, Zé Wilson , Joelma, Mário Bolognesi

Parágrafo 3

Rodrigo

este é o único caminho que se tem para dar aula - o aluno que faz aula por 4 anos pode reconhecido em notório saber?

Cláudio

notório saber é uma coisa e formação é outra.

Rodrigo

ok contemplado.

Art 14.

Joelma

encaminhou as propostas da Asfaci para completar o artigo.

Zé cada estado tem uma companhia diferente e tem as normas de cada empresa

Cláudio

esclarece que a lei não pode ter normas técnicas para um Ministério de Minas e Energias.

Proposta – Incluir .. Anel e Funarte o Ministério de Minas e Energia tem o prazo.

Art 16

Cláudio

retirar o artigo.

Mário Bolognesi

esclarece que já leis que legislam sobre esse ponto.

Zé Wilson

fala sobre sua experiência que em Nova York tiveram que incluir técnicos para se apresentar.

Cláudio

diz que no Fórum tivemos uma discussão sobre circulação e falou em intercâmbios e trocas.

Fatinha

fala que este artigo é censura e que interfere na criação.

Bolognesi

consultar a lei trabalhista.

Encaminhamentos de Márcia

Cláudio, Fatinha e Rodrigo – pedem retirada do artigo, para estudo e aprofundamento da questão.

Mudança no artigo - Bolognesi

Todos votaram em mais uma rodada de defesa

Rodrigo

Minha defesa é para que possamos ver o espetáculo como acabamento estético.

José Wilson

defendo o Circo tradicional e que tem a possibilidade de incluir em 3 semanas um número com qualidade. Defendo porque o artista tem ser protegido e valorizado.

Cláudio

estou defendendo de um trabalho de circo de qualidade. Estamos num momento de fortalecer as possibilidades de circulação. Temos que exigir maior a circulação entre países e grupos. Temos que trabalhar para aumentar essas possibilidades.

Rossini

concordo com vocês, mas tem alguns fatores de ordem prática. Temos que garantir que os tributos fiquem aqui. Essa questão tem outros lados. Meter a mão nos dinheiro dos brasuka não dá.

Bolognesi

Encaminhou continuidade da discussão e votação do artigo pela internet em 15 dias. Exclusivo para grupo da Câmara Setorial de circo.

Mediadora - encaminhou assim o fechamento deste ponto sobre alei do circo.

Após esse momento o Diretor de Artes Cênicas e também coordenador Interino do Circo Antônio Gilberto- fez um

balanço sobre as atividades realizadas – Agradeceu a confiança de todos, mas diz que as demandas da direção do CEACEN são muitas e que por este motivo acredita que é necessário ter um coordenador para o Circo que possa ter mais tempo e disponibilidade para as demandas da coordenação de circo. Falou sobre a cartilha que está sendo fechada e que precisa de contribuições de todos para colocar o máximo de contatos de instituições e grupos para que a categoria possa acessar quando necessitar. Falou do Prêmio Carequinha de estímulo ao Circo e deu a notícia que a Petrobras junto a Funarte lançarão no primeiro semestre de 2007 um novo edital para premiar projetos Circo o valor estimado será de dois milhões. Esclareceu sobre a campanha "Receba o circo de Braços" em parceria com a Rede Globo, informou que em reunião recente com a Globo, disseram que realmente tiveram alguns problemas, mas que se comprometeram com a continuidade da campanha. Deverá recomeçar a veiculação em 2007 inclusive com a parte da mídia impressa que não foi veiculada neste primeiro momento. Fechou sua fala agradecendo a todos os representantes da Câmara Setorial de circo, a Alessandra na Assessoria da coordenação, ao Vítor Ortiz e sua equipe da Câmara Setorial pelo empenho e colaboração de todos para realização dos trabalhos.

Márcia pede a todos que nesse final possamos fazer um esforço de concentração para terminar trabalhos.

Vítor Ortiz

traz para o grupo um texto redigido por ele sobre as demandas do Circo para apresentar na reunião em Brasília com a equipe do CNPC. O texto está

em power point e a dinâmica será ao ser lido os colaboradores podem solicitar esclarecimento ou indicar mudanças no texto.

Ao final da leitura do documento a Vítor agradeceu a todos pela cooperação dizendo que as câmaras devem recomeçar os trabalhos em março de 2007.

AÇÕES EMERGENCIAIS DÁ CSC E FUNARTE:

Mediadora apresenta os encaminhamentos elencados durante os dois dias de reunião:

1. Legitimação das Câmaras Setoriais para o próximo governo;
2. Inclusão de pessoas ligadas ao circo na lista de discussão da Câmara do Circo;
3. Realizar uma reunião da Câmara em março/2007;
4. Organização das reuniões ou seminários regionais para a renovação da Câmara;
5. Organização de um seminário/reunião com todos(as) os(as) integrantes das Câmaras Setoriais;
6. Implementação do Conselho Nacional de Políticas Culturais;
7. Aprofundar a relação da Funarte/MINC com a Câmara.

PARTE II

COLEGIADO SETORIAL DE CIRCO

1. Apresentação

Com a missão de fortalecer o canal de diálogo entre o Poder Público e a sociedade civil, o Colegiado Setorial de Circo foi criado, em 2008, como órgão integrante da estrutura do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC. O Colegiado Setorial herdou as competências da Câmara, às quais se agregou a possibilidade de discutir, junto ao Poder Público, as políticas públicas para o setor de circo. Durante essa transição, buscou-se garantir a máxima participação da sociedade civil, de forma democrática, e o mapeamento da complexidade específica do setor, bem como suas demandas e carências.

O Colegiado Setorial de Circo surgiu, então, com a expectativa de se transformar em um efetivo espaço de participação, capaz de minorar os inúmeros problemas do segmento, além de destacar-se como um campo vital de consolidação dos avanços já feitos na área. Devido à diversidade e especificidade do circo, a retomada dos trabalhos tornou-se fundamental para que o poder público pudesse ouvir e entender cada vez mais as necessidades do setor. Assim, os diálogos estabelecidos no Colegiado lutam, acima de tudo, para aprofundar as questões sociais e econômicas que estão na raiz das dificuldades do circo.

Nas cinco reuniões já realizadas pelo Colegiado, foram debatidos temas como o regimento interno do Conselho Nacional de Políticas Culturais e do Colegiado de Circo, o Plano Setorial de Circo, bem como o novo formato do Fundo Nacional de Cultura e o Fundo de Artes Cênicas. Trabalhos estes que visam, acima de tudo, proteger o modo de vida circense e o patrimônio cultural brasileiro que ele, de fato, é.

A partir de 2009, foi colocado o desafio de promover eleições diretas para a composição do Colegiado. Para estabelecer um processo amplo e que garantisse a representatividade setorial e regional, utilizou-se o espaço mais legítimo e democrático de articulação entre o Estado e a sociedade: a Conferência Nacional de Cultura. Deste modo, foram realizadas as Pré-Conferências Setoriais, proporcionando aos setores a possibilidade de discussão das questões relativas a cada segmento e criou a oportunidade para promover as eleições necessárias para os Colegiados. Estiveram presentes na Pré-Conferência de Circo representantes de todas as regiões do país e de todos os elos que compõem a estrutura criativa, produtiva e intelectual do segmento.

Durante os debates do setor, foi apresentado o desejo de que as escolas de circo sejam fortalecidas e que, para isso, é necessário o apoio e a atenção do Ministério da Cultura. O Colegiado ainda apontou, como pauta principal, o projeto de lei sobre a presença de animais no circo. Tal discussão busca o encontro de uma relação que atenda à continuidade da arte circense, proteja os animais e garanta a segurança do público, indo contra o projeto que proíbe a presença dos animais.

Todas essas demandas foram, por fim, consolidadas no Plano Setorial de Circo. Aprovado pelo Colegiado em novembro de 2010, o Plano Setorial de Circo é fruto do trabalho conjunto entre os representantes da sociedade civil, a Funarte e o MinC. Sua aprovação concretizou as diretrizes e metas do setor a curto, médio e longo prazo e finalizou mais uma importante tarefa do Colegiado, para o fortalecimento e amadurecimento do setor. Agora, a continuidade do diálogo e formulação

de propostas é o objetivo central do Colegiado de Circo, assim como a luta pela implementação do plano de cultura do setor.

Gustavo Vidigal

Secretário-geral do CNPC

Marcelo Veiga

Coordenador-geral do CNPC

2. Regimento Interno

PORTARIA Nº 46, DE 28 DE ABRIL DE 2010.

Publica o Regimento Interno do Colegiado Setorial de Circo do Conselho Nacional de Política Cultural.

O **MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA**, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, a alínea "a" do inciso VI do art. 27 da Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, e tendo em vista o disposto no art. 38 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural, publicado pela Portaria n.º 28, de 19 de março de 2010, nos termos do § 4º do art. 12 do Decreto n.º 5.520, de 24 de agosto de 2005, resolve:

Art. 1º Aprovar e publicar, na forma do Anexo desta Portaria, o Regimento Interno do Colegiado Setorial de Circo, órgão integrante do Conselho Nacional de Política Cultural.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

Publicado no DOU de 30 de abril de 2010,
seção 1, p. 30-31

Anexo

REGIMENTO INTERNO COLEGIADO SETORIAL DE CIRCO

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

Art. 1º O Colegiado Setorial de Circo é órgão integrante da estrutura do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC, nos termos do art. 6º e do art. 9º do Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, alterado pelo Decreto nº 6.973, de 7 de outubro de 2009.

Art. 2º O Colegiado Setorial de Circo é integrado por um Plenário, que será presidido pelo Secretário-Geral do CNPC, cabendo-lhe, além do voto pessoal, o de qualidade.

§ 1º A condução dos trabalhos deverá observar, no que couber e subsidiariamente, o disposto no Regimento Interno do CNPC.

§ 2º Na ausência do Secretário-Geral do CNPC o Plenário será presidido pelo Coordenador-Geral do CNPC, ou por pessoa por ele indicado.

Art. 3º Compete ao Plenário do Colegiado de Circo:

I – debater, analisar, acompanhar, solicitar informações e fornecer subsídios ao

CNPC para a definição de políticas, diretrizes e estratégias relacionadas ao setor de Circo;

II – revisar, acompanhar e avaliar as diretrizes do Plano Nacional de Circo;

III – promover o diálogo entre poder público, sociedade civil e os agentes culturais, com vistas a fortalecer a economia da cultura e a circulação de idéias, de produtos e de serviços, assegurada a plena manifestação da diversidade das expressões culturais;

IV – propor e acompanhar estudos que permitam identificação e diagnósticos precisos da cadeia produtiva, criativa e mediadora relacionada ao setor;

V – promover pactos setoriais que dinamizem os arranjos produtivos relacionados ao setor nos planos nacional, regional e local;

VI – incentivar a criação de redes sociais que subsidiem a formulação, a implantação e a continuidade de políticas públicas no respectivo setor;

VII – estimular a integração de iniciativas sócio-culturais de agentes públicos e privados de modo a otimizar a aplicação de recursos para o desenvolvimento das políticas culturais;

VIII – estimular a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a formulação, realização, acompanhamento e avaliação de políticas públicas na área da cultura, em especial as atinentes ao setor do Circo;

IX – subsidiar o CNPC na avaliação das diretrizes e no acompanhamento do Plano Nacional de Cultura;

X – propor parâmetros para a elaboração de editais públicos e de políticas de fo-

mento ao setor do Circo e para a criação e avaliação da execução dos diversos mecanismos de incentivo cultural;

XI – receber as informações necessárias para a avaliação e o aprimoramento dos editais aprovados e publicados;

XII – auxiliar o CNPC em matérias relativas ao setor do Circo, respondendo às demandas do Plenário;

XIII – incentivar a valorização das atividades e modalidades de exercício profissional vinculadas ao Colegiado Setorial de Circo, além da formação de profissionais do setor;

XIV – incentivar a promoção de atividades de pesquisa e formação;

XV – estimular a promoção e o apoio de ações voltadas para a mediação da área específica;

XVI – subsidiar o Plenário na elaboração de resoluções, proposições, recomendações e moções no âmbito do CNPC e do Sistema Federal de Cultura – SFC;

XVII – debater e emitir parecer sobre consulta que lhe for encaminhada pelo CNPC;

Art. 4º O Plenário do Colegiado Setorial de Circo será composto por, titulares e suplentes, representantes do poder público e da sociedade civil nomeados pelo Ministro de Estado da Cultura, conforme segue:

I – 5 (cinco) representantes do Poder Público, escolhidos dentre técnicos e especialistas indicados pelo Ministério da Cultura e/ou pelos órgãos estaduais, distrital e municipais relacionados ao setor e seus suplentes;

II – 15 (quinze) representantes da sociedade civil organizada.

§ 1º As indicações e escolhas dos representantes citados nos incisos I e II deste artigo observarão, quando couber, normas publicadas pelo Ministério da Cultura.

§ 2º É membro nato do poder público o representante da entidade finalística integrante do SFC, cujas atribuições correspondam ao campo setorial de Circo.

§ 3º A representação da sociedade civil, nos termos do inciso II, deverá contemplar as cinco macrorregiões administrativas e buscar representantes dos seguintes segmentos: pesquisadores, artistas, circos de lonas pequenas, circos de lonas grandes, escolas, circos sociais e grupos e trupes.

§ 4º Para dirimir eventuais conflitos de interesses, o Ministro de Estado da Cultura poderá indicar até 3 (três) membros de reconhecida atuação no setor atinente.

§ 5º O mandato dos representantes do poder público será de um ano, improrrogável, a contar da data da posse, sendo permitida uma única recondução.

§ 6º O mandato dos representantes da sociedade civil será de dois anos, improrrogável, a contar da data da posse, sendo permitida uma única recondução.

§ 7º Cada titular terá um suplente, escolhidos no mesmo processo eleitoral.

Art. 5º Temas transversais serão remetidos ao Plenário do CNPC, que deliberará sobre a conveniência e oportunidade de criação de Grupo de Trabalho ou Comissão Temática.

Parágrafo único. Os grupos de trabalho e comissões temáticas constituídos pode-

ção, caso necessário, solicitar a participação de especialistas da área, por indicação do Colegiado Setorial de Circo, em consonância com o Regimento Interno do CNPC.

Art. 6º As reuniões ordinárias do Colegiado Setorial de Circo serão semestrais, podendo ter sua periodicidade elevada, excepcionalmente, em razão de Plano de Trabalho apresentado e aprovado pela Coordenação-Geral do CNPC.

Parágrafo único. O Presidente do Colegiado Setorial de Circo poderá convocar extraordinariamente o colegiado, a qualquer tempo.

Art. 7º As reuniões do Colegiado Setorial de Circo serão públicas, instaladas com a presença da maioria simples de seus membros e convocadas pelo Secretário-Geral do CNPC.

§ 1º As reuniões serão realizadas, preferencialmente, em Brasília.

§ 2º Além das reuniões, o colegiado Setorial de Circo também utilizará recursos tecnológicos como meio de intensificar seus debates, especialmente videoconferências, fóruns de discussão na internet e mecanismos públicos de consulta não presenciais, a serem viabilizados pelo Ministério da Cultura.

§ 3º As atividades e decisões tomadas nas reuniões serão registradas em ata própria e tomadas públicas através da página eletrônica do CNPC na Internet.

§ 4º As reuniões deverão ser realizadas, preferencialmente, em datas não coincidentes com outras instâncias do CNPC.

Art. 8º As decisões do Colegiado Setorial de Circo serão tomadas por maioria simples de votos, salvo o disposto no art. 14 deste Regimento Interno.

§ 1º O exercício do direito a voz e voto é privativo dos membros titulares ou, na sua ausência, dos respectivos suplentes eleitos na forma do art. 4º deste Regimento Interno, não sendo permitido seu exercício por representantes, mesmo que qualificados.

§ 2º Todos os documentos, relatórios e atas de reuniões – presenciais ou remotas – produzidos pelo Colegiado Setorial de Circo deverão ser postos à disposição em sítio eletrônico, remetidos aos membros do colegiado e arquivados pelo Ministério da Cultura.

Art. 9º A matéria a ser submetida à apreciação do Plenário pode ser apresentada por qualquer membro e constituir-se-á de:

I – recomendação, quando se tratar de manifestação sobre implementação de políticas, programas públicos e normas com repercussão na área do Circo; e

II – moção, quando se tratar de outra manifestação dirigida ao Poder Público e/ou à sociedade civil em caráter de alerta, comunicação honrosa ou pesarosa.

§ 1º As recomendações serão encaminhadas à Secretaria-Executiva do CNPC, que as colocarão na pauta da instância apropriada do Conselho para análise e tramitação, conforme ordem cronológica de apresentação ou atendendo às prioridades fixadas pelo Colegiado Setorial de Circo.

§ 2º As recomendações e moções serão datadas e numeradas em ordem distinta, cabendo à Secretaria-Executiva do CNPC coligi-las, ordená-las e indexá-las.

§ 3º As moções independem de apreciação por outras instâncias do Conselho, devendo ser votadas na reunião plenária que forem tempestivamente apresentadas ou, não havendo quorum ou tempo hábil para fazê-lo, na reunião subsequente.

Art. 10. A articulação das agendas e a pauta de trabalho serão elaboradas e desenvolvidas pela Secretaria-Executiva do CNPC, em comum acordo com o Plenário do Colegiado Setorial de Circo.

Art. 11. A participação dos membros do Colegiado Setorial de Circo é considerada prestação de serviço de relevante interesse público, não sendo remunerada.

Art. 12. Poderão ser convidadas, pelo Plenário do Colegiado Setorial de Circo, para participarem de reuniões específicas, com direito a voz e sem direito a voto, pessoas e instituições relacionadas a assuntos que estejam sendo objeto de análise.

Parágrafo único. A presença de pessoas convidadas não será computada para efeito de quorum das reuniões do Colegiado.

Art. 13. Aplicam-se subsidiariamente, no que couber, as normas estabelecidas pelo Regimento Interno do Plenário do CNPC.

Parágrafo único. As dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionadas pelo Plenário do CNPC, que, observada a legislação vigente, estabelecerá normas complementares relativas ao funcio-

namento do Colegiado de Circo e à ordem dos trabalhos.

Art. 14. O presente Regimento Interno poderá ser alterado mediante proposta do Plenário, com aprovação de dois terços dos membros do Colegiado.

Art. 15. Este Regimento Interno deverá ser encaminhado ao Plenário do CNPC e submetido à aprovação do Ministro de Estado da Cultura.

3. Portaria de Nomeação – Biênio 2010/2011

PORTARIA Nº 82, DE 23 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre a composição do Colegiado Setorial de Circo, no âmbito do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC, e dá outras providências

O **MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA**, no uso de suas atribuições previstas no art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, com fundamento no art. 6º, inciso III, e no art. 12, § 4º, do Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, bem como no art. 10 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural, publicado pela Portaria nº 28, de 19 de março de 2010, e no art. 4º do Regimento Interno do Colegiado Setorial de Circo, publicado pela Portaria nº 46, de 28 de abril de 2010, e em observância ao disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º O Colegiado Setorial de Circo, instituído por meio do art. 10 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural, com base no art. 6º, inciso III, do Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, será composto pelos seguintes representantes do poder público e da sociedade civil:

- I – José Rui Moraes Raiol, titular, e sua suplente, Arlene Bastos Lisboa;
- II - Jonilson José de Moura, titular, e seu suplente, Carlos Mariano de Souza Filho;
- III - Luis Carlos Oliveira de Araujo, e seu suplente, Marcus Vinicius Correia;
- IV - Wladimir Spernaga, titular, e seu suplente, Camilo Torres;
- V - Geraldo Santos Passos, titular, e sua suplente, Tainá Borges de Ávila;
- VI - Marcio Stankowich, titular, e seu su-

- plente, Júlio Alves Rodrigues;
- VII - Flávio Viana e Silva, titular, e seu suplente, Marcelo Campos Ribeiro Leite;
- VIII - Naelson Abreu da Silva, titular, e sua suplente, Margarida Pereira de Alcantara;
- XIX - Vanda Jacques Monteiro Leite, titular, e seu suplente, Abel Araújo Nunes de Carvalho;
- X - Xisto José Pinto Costa, e seu suplente, Filipe Miguel Severo;
- XI - Mauro Alves Guimarães, e sua suplente, Alessandra Thomazini;
- XII - Maria Alice Viveiro de Castro, titular, e seu suplente, Eduardo Nascimento Matos;
- XIII - Julio Cesar Coelho de Freitas, titular, e sua suplente, Sula Kyriacos Mavrudis;
- XIV - Claudio Andrés Barria Mancilla, titular, e seu suplente, José Wilson Leite;
- XV - Edilson da Costa Araújo, titular, e sua suplente, Hozana Almeida de Lima;
- XVI - Gustavo Carneiro Vidigal Cavalcanti, e seu suplente, Marcelo Veiga;
- XVII - Silvana Lumachi Meireles, titular, e seu suplente, José Luiz Herência;
- XVIII – Marcelo Vitor Mendes Bones, titular, e seu suplente, José Clementino Oliveira; e
- XIX – Marcos Teixeira Campos, titular, e seu suplente, Vladimir de Almeida Gonçalves.

Parágrafo único. O mandato dos representantes da sociedade civil do Colegiado Setorial de Circo, de que trata este Decreto, será de dois anos, improrrogável, a contar do dia 06 de abril de 2010, data da posse, de acordo com o art. 10, § 5º, do Regimento Interno do CNPC.

Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados pelo Colegiado Setorial de Circo nas reuniões de 06 de abril de 2010 e de 02 de junho de 2010.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

Publicado no D.O.U. de 27/07/2010,
SEÇÃO 2, P. 5

4. Reuniões

1ª REUNIÃO

(16 / 10 / 2008)

Local: Hotel Cariton – Brasília/DF

Temas debatidos: Apresentação dos integrantes da Câmara Setorial de Circo; Discussão de tópicos relevantes relacionados à Câmara Setorial de Circo; Discussão do regimento interno do Conselho Nacional de Políticas Culturais.

2ª REUNIÃO

(05 / 05 / 2009)

Local: Hotel Sonesta – Brasília/DF

Temas debatidos: Avaliação do Plano Nacional de Circo.

3ª REUNIÃO

(27 / 10 / 2009)

Local: Hotel San Marco – Brasília/DF

Temas debatidos: Avaliação do Regimento Interno do Colegiado Setorial de Circo; Apresentação das Pré-Conferências Setoriais.

REUNIÃO CONJUNTA

(06 / 04 / 2010)

Local: Academia de Tênis – Brasília/DF

Temas debatidos: Análise das políticas implementadas; Pauta para 2010: definição das propostas de prioridades.

4ª REUNIÃO

(02 / 06 / 2010)

Local: Hotel St. Paul – Brasília/DF

Temas debatidos: Explicação sobre o novo formato do FNC; Competências do Colegiado Setorial de Circo; Eleição do Representante do Colegiado no Plenário do CNPC; Eleição do Representante do Colegiado para o Comitê dos Fundos Setoriais; Proposta de Estruturação do Fundo de Artes Cênicas; Grupo de Trabalho de Animais no Circo.

5ª REUNIÃO

(01 / 12 / 2010)

Local: Teatro Glauce Rocha – Rio de Janeiro/RJ

Temas debatidos: Formulação de diretrizes no campo da cultura e educação; Deliberações sobre o Plano Setorial de Circo.

5. Pré-Conferências Setoriais

Com a palavra durante a 3ª Reunião Ordinária do Colegiado Setorial de Artes Visuais, o consultor da Secretaria de Políticas Culturais, Pedro Domingues, traçou as linhas gerais das Pré-Conferências Setoriais. O evento, realizado de 7 a 9 de março de 2010, em Brasília, mobilizou cerca de 2 mil pessoas em debates setoriais, envolvendo 19 áreas da cultura. Configurou-se, ainda, como uma etapa importante para o amadurecimento dos Colegiados Setoriais e para os avanços das discussões no setor cultural.

Contudo, antes da realização das Pré-Conferências, o projeto foi apresentado aos Colegiados Setoriais, com o objetivo de discutir o formato desenvolvido e receber propostas quanto a sua organização. Assim, abriu-se um espaço para a construção conjunta da Pré-Conferência de Artes Visuais que, entre outros objetivos, marcaria a renovação de todos os membros do Colegiado Setorial.

Em sua apresentação sobre as Pré-Conferências Setoriais, Pedro Domingues a caracterizou como uma proposta de organização da participação dos setores na Conferência Nacional de Cultura. Colocou que as Pré-Conferências Setoriais de Cultura têm caráter mobilizador, propositivo e eletivo e são instâncias regionais da II Conferência Nacional de Cultura, relacionadas às áreas técnico-artísticas e de patrimônio cultural com assento no Conselho Nacional de Política Cultural.

"Quanto às Pré-Conferências no regimento nacional de cultura, desde a primeira Conferência é previsto esse tipo de ação. Na primeira Conferência, o foco das Pré-Conferências Setoriais foram os movimentos sociais que tiveram encontros regionais, um por cada região. Já no processo de construção da segunda Conferência, foram observadas algumas questões que levaram a

essa proposta, e uma delas foi a constatação que na primeira Conferência Nacional de Cultura houve uma baixa representação dos setores artísticos culturais."

Segundo Pedro Domingues, o Ministério entendeu por bem que, nessa segunda edição da Conferência Nacional de Cultura, haver um processo de interlocução direta com os segmentos artísticos-culturais seria um ganho de qualificação dos debates. Para que as questões relativas aos setores artísticos-culturais e segmentos de patrimônio cultural fossem também melhor representados dentro desse contexto, a ideia seria que, a partir da realização dessas Pré-Conferências, houvesse canais de diálogos diretos entre o Ministério e os setores.

"Se em alguns setores isso já é recorrente, em outros não existe sequer uma interlocução inicial ainda. Então, o desafio que o Ministério se coloca é que se consiga constituir canais de interlocução com esses diversos segmentos, e aí o caráter mobilizador desses segmentos."

Pedro Domingues relatou, ainda, que os objetivos principais das Pré-Conferências seriam: promover o debate entre artistas, produtores, conselheiros, gestores, investidores e demais protagonistas da cultura, valorizando a diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões; fortalecer e facilitar a formação e o funcionamento de fóruns e redes de artistas, agentes, gestores, investidores e ativistas culturais; debater e encaminhar propostas relativas ao temário da II CNC; debater as diretrizes e ações específicas para cada segmento, de forma a contribuir com a formulação e avaliação dos respectivos Planos Nacionais Setoriais; eleger os delegados setoriais das cinco macrorregiões brasileiras para a II CNC, representantes das áreas técnico-artísticas e de patrimônio cultural com assento no Plenário do CNPC;

instalar os colégios eleitorais regionais, responsáveis pela eleição dos membros dos Colegiados Setoriais instalados no âmbito do CNPC, bem como pela elaboração de listas tríplexes com indicação de nomes que comporão a representação setorial do Plenário do CNPC; e eleger os membros dos Colegiados Setoriais constituídos no âmbito do CNPC para o exercício do mandato referente ao biênio 2010/2011, nos termos do Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural.

6. Análise das Políticas Implementadas

Durante a Reunião Conjunta dos Colegiados Setoriais, realizada no dia 6 de abril de 2010, foram apresentadas as políticas implementadas pelo Ministério da Cultura, com os avanços e desafios da política cultural no país. Destacou-se ainda a importância da sociedade civil, representada pelos Colegiados Setoriais, na formulação e controle dessas políticas.

ALFREDO MANEVY

(SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA)

“Eu gostaria de saudar a todos e a todas, parabenizá-los pelo mandato recebido ao longo da última Conferência e das Pré-conferências Setoriais, e dizer que hoje é um dia de muita alegria e de muita importância para a participação efetiva dos setores culturais, da sociedade brasileira na construção da política pública de cultura. É também um dia de celebração e reflexão sobre os avanços e desafios da política cultural brasileira. A participação da sociedade e a participação dos setores da cultura é um elemento recente e inovador da construção dessas políticas, e ela é parte da mudança de paradigma e da mudança de perspectiva que começa em 2003, com a própria afirmação da noção de política pública para a cultura. Quando nós chegamos ao Ministério, em 2002/2003, não se trabalhava com política pública, não se tinha uma noção do que é uma política pública de cultura. Era o único Ministério da Esplanada que não tinha um convênio com os institutos de estatística de informações, como o IBGE, para compreender o seu campo de atuação. Vamos imaginar o que seria o Ministério da Educação sem ter os índices de evasão e reprovação dos estudantes, sem compreender onde estão as escolas nos territórios, sem compreender os desafios da educação brasileira..

Era essa a situação da cultura, uma falta de relação com o conjunto da sociedade. O Ministério era feito para poucos, que tinha alguns setores da cultura como foco da relação e, dentro desses setores, relacionavam-se com uma pequena parcela de artistas e produtores que alcançavam os recursos do Ministério. Ou seja, o Ministério não tinha como foco nem o conjunto da vida cultural brasileira e nem o conjunto da sociedade brasileira. E esse é um ponto e uma mudança geral de paradigma que torna possível que a gente fale de política pública, que nos guiou nesses sete anos. O Ministério da Cultura tem que dialogar e construir políticas para um conjunto, para todos os setores da vida cultural do país, sem ignorar nenhum desses setores, sem excluir nenhuma das suas tendências, sejam elas de tradição ou de inovação, sejam elas de que parte do território for. Um Ministério de fato à altura da nossa complexidade e da nossa diversidade cultural. Ao mesmo tempo, esse Ministério não poderia estar focado só naqueles que produzem e fazem cultura, sob pena de não compreender a sua grande missão, o seu grande papel no arcabouço das instituições públicas do Brasil, que é dar conta dos direitos culturais dos brasileiros e das brasileiras. E isso não é uma coisa que a sociedade brasileira tenha consensualizado na sua história recente, não é algo que as famílias políticas do país tenham trazido para o seu corpo de prioridades, é algo que, de fato, é preciso afirmar dia-a-dia para que se sedimente como um tema prioritário e estratégico do Brasil no século XXI.

Esse é um Ministério muito diferente do que foi concebido, em 1985. Quando foi criado, tinha um papel realmente periférico, banal e sua missão não era clara.

Então quando falamos da abrangência da atuação desse Ministério, eu acredito que essa abrangência, hoje, são as Pré-Conferências Setoriais, a amplitude que esse Conselho e os Colegiados passaram a ter nesse último período, passando justamente a aceitar o desafio da abrangência. Internamente, o Ministério teve que colocar a abrangência como desafio de planejamento, de formulação de políticas para todas as áreas da cultura, logo demandando um orçamento público à altura dessa missão. O próprio esvaziamento do orçamento era sintomático da visão de uma não-política pública de cultura, ou de uma política cultural como transferência de responsabilidade, que se traduziu na Lei Rouanet, na qual explica a visão de Ministério que nós encontramos. E explica também a visão de Ministério que nós, com um imenso diálogo de contribuição da sociedade civil e do campo cultural, construímos nesses sete anos e com alicerces que vão dar fôlego para o Ministério do futuro, o Ministério que vai ter um grande papel no século XXI. Eu não tenho a menor dúvida que o Ministério da Cultura vai ser cada dia mais forte, cada dia mais influente, cada dia mais relevante e capacitado a intervir nas decisões do país. Na verdade, nós temos áreas que avançaram mais do que outras, nesses anos todos, e não se trata aqui de nivelar e nem de achar que realizamos todo o trabalho. Há muitas insuficiências e há muitos desafios, mas a missão dos Colegiados é decisiva na questão de apontar novos problemas, novas metas e novas questões. Eu também faço questão de lembrar a afirmação dos conceitos básicos que permitem que a gente esteja aqui, hoje. Porque a noção de política pública não pode prescindir dos indicadores de informações produzidos pelo IBGE, e acredito que vocês poderão contar com essas informações. No sistema de indicadores culturais que a Secretaria de Políticas Culturais coordena, as informações vão ser insumos valiosíssimos para que vocês formulem propostas, apontem problemas e questões com um olhar generoso sobre o Brasil. Ao mesmo tempo, uma política pública não pode ser feita dentro de gabinete, não pode ser mera reprodução ou mera mimese das boas ideias que estavam em um programa de governo, mas a participação permanente e a atualização desse diálogo é decisivo para a oxigenação do Ministério.

Outro ponto a ser destacado é em relação à pactuação. Além de formular, os Colegiados pactuam, ou seja, consertam. Nós temos aqui muitos elos das cadeias produtivas, das cadeias criativas e representantes de instituições que, muitas vezes, atuam em parceria e que se olham como conjunto. E ao se olharem como conjunto, podem ir além de ações pontuais, propondo políticas para o conjunto das questões. Este é o grande desafio do ponto de vista da representação que os Colegiados têm. É um desafio que nós temos, no Ministério, e que os Colegiados também têm.

A representação em todos os segmentos artísticos abrange, dentro de cada um deles, elos e forças, expressões, empresários, artistas, criadores, distribuidores, que são diferentes entre si e que, raramente, sentam na mesma mesa para pensar um projeto de nação, um projeto global para suas áreas. E o processo das Pré-Conferências avançou muito nessa ampliação da representação, até para que nós tenhamos aqui as contradições. É bom que aqui não seja um quorum de consensos, nem com o Ministério da Cultura e nem com os Colegiados. É bom que aqui tenhamos reproduzidas as tensões do Brasil, as necessidades de concentrações regionais, a necessidade de democratizar as economias da cultura e fortalecê-las

por meio de novos modelos de negócios, a necessidade de estruturar processos, a necessidade de promover o acesso cultural à população brasileira. Então esses são aspectos vitais nesse processo de representação.

Os números que o IBGE nos revelou são surpreendentes, porque eles revelam algo que eu acho que todos nós aqui, empiricamente, já sabíamos, antes mesmo de chegarmos ao Ministério. Porém, ao revelar estatisticamente, fortaleceu o lugar estratégico que a cultura precisa ter na vida política do país. Os dados revelaram algo que, talvez, só os dados pudessem dizer, porque eu não me lembro de estar na fala política da sociedade brasileira, até pouco tempo atrás, os índices de exclusão cultural no Brasil. O que o IBGE revela é que em torno de 90% dos municípios não tem equipamentos culturais, representando 5.500 cidades no Brasil. Revela, também, que em torno de 85% a 90% da população brasileira não tem acesso à sala de cinema, leitura, museus, galerias de arte, centros culturais e bibliotecas. Esses números nos mostram uma das mais perversas manifestações da desigualdade social brasileira, ao longo de cinco séculos, e como ela se expressou na vida cultural do país. Isso lança ao Ministério um desafio já mencionado, que é o alcance universal dessas políticas. Então é aí que lança, nessa nova etapa tanto do Colegiado quanto do Conselho, uma missão para todos nós. E é o que nós, no Ministério, estamos frequentemente revisitando para que nunca se perca de vista, sem menosprezar, sem desconsiderar e sem subtrair todas as questões setoriais, de cada uma das áreas que tem alguma representação nesse Colegiado e no Conselho Nacional de Política Cultural.

Isso tudo é super importante. Não podemos pensar que a política cultural é a somatória das necessidades de cada setor, até porque isso é uma coisa decisiva do processo de política cultural do século XXI. Nós não conseguiremos ter uma economia forte nas áreas representadas, não conseguiremos ter política de formação e capacitação decisiva com a escala que precisa ter, não teremos aportes técnicos e tecnológicos que precisam ter, não teremos o dinheiro e investimento que precisa ter, se não incorporarmos, na narrativa da formulação de política pública, o alcance de todos os brasileiros como foco de acesso cultural no Brasil. Esses são temas centrais que apontam a altura da nossa missão e do nosso desafio aqui posto.

O Congresso Nacional também tem aberto as portas para a agenda cultural. Nós tivemos, em 2009, mais de dez projetos de lei ou projetos oriundos do próprio Congresso tramitando a todo vapor, com espaço privilegiado. Isso aconteceu, em grande parte, pela mobilização da sociedade civil, dos produtores e dos artistas que passaram a interagir com o Congresso. Assim como nós, do Ministério, que passamos a ter uma interação estratégica com o Congresso, uma relação muito qualificada, baseada em projetos de lei e em políticas públicas que foram focos de debates nos Colegiados Setoriais, no Conselho Nacional de Política Cultural, em consultas públicas e em debate com a imprensa. Esse método foi usado em todos os projetos de lei que o gabinete do Ministério lançou no Congresso, como o Vale Cultura, a reforma da Lei Rouanet e o projeto de lei do Direito Autoral.

Em relação aos projetos oriundos do Congresso Nacional, cito a Proposta de Emenda Constitucional 150. Ela cria, na Constituição Federal, uma veiculação mi-

nima de 2% para o orçamento cultural do país. Hoje, depois de oito anos de luta, chegamos a 1%. Isso é muito bacana, mas ainda é muito pouco. Porque a gente tem muito claro que o investimento em cultura deve ser uma tarefa estratégica do Estado brasileiro nesse século, e esse dinheiro ainda é pouco. Mas a PEC 150 estabelece um patamar que nós chamamos de piso de dignidade, ou seja, um patamar mínimo. Então é uma mudança muito importante de atitude do Congresso Nacional e também é muito importante a participação dos Colegiados.

Outra pauta que lá tramita é o Sistema Nacional de Cultura e a Cultura Como Direito Social, ou seja, a fixação assimilada da carta magna como um direito de todos os brasileiros e um direito social relevante. Entre todas essas reformas, uma em especial, que é do interesse de todos nós, é a reforma da Lei Rouanet. A reforma que nós mandamos para o Congresso foi debatida nos Colegiados, suas diretrizes foram debatidas no CNPC, passou por uma consulta pública de 45 dias e recebemos duas mil contribuições. De fato, a Lei Rouanet era de muito poucos. Os números revelam que, nesses 18 anos, 3% dos proponentes, dos artistas e produtores captaram mais da metade de todo esse dinheiro. Revelam, ainda, que duas cidades do Brasil captaram 80% de todo o recurso. Essa distorção chegou a um limite inaceitável. Então o Ministério fez um grande debate, o projeto de lei está no Congresso e ele cria o Fundo Nacional de Cultura como principal mecanismo de financiamento, ou seja, estabelece o orçamento público como principal organismo de gestão do orçamento da cultura e cria os fundos setoriais. Temas esses que também já apareceram nas pautas das Câmaras, Colegiados e nas Pré-Conferências Setoriais.

Esse ano, será implantado um modelo híbrido de fundos setoriais e vocês, nos Colegiados, vão ter um papel muito importante nisso. É uma proposta do Ministério para que haja uma participação dos Colegiados na construção dos investimentos estratégicos desse Fundo. Assim, além das grandes diretrizes, não vai faltar bons problemas para que os Colegiados se debrucem. E é importante dizer que o Ministério vai manter e aprofundar essa escuta e que esse lócus de formulação vai, a cada dia, ganhar uma importância maior na contribuição da política cultural brasileira. Vocês vão ter, sem dúvida nenhuma, um papel a cada dia mais garantidor, mais premente e central nesse processo.”

SRA. SILVANA MEIRELES

(SECRETÁRIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL)

“No final da 1ª Conferência Nacional de Cultura, tínhamos como um dos desafios a instalação do Conselho Nacional de Política Cultural. Desafio esse que o Ministério trouxe para si e instalou, em 2007. Agora com a 2ª Conferência Nacional, nós temos o desafio de consolidar esse Conselho Nacional de Política Cultural, e os Colegiados agora reforçados terão papel decisivo nessa consolidação do Conselho. Os Colegiados têm uma responsabilidade no fortalecimento do Conselho, que representa a participação e articulação da sociedade civil na construção, avaliação e acompanhamento das políticas públicas de cultura. E os Colegiados têm também, junto conosco, a tarefa de transferir essa experiência no campo federativo, ou seja, para estados e municípios. Acredito que o Sistema Nacional de Cultura, que é uma

das nossas pautas importantes e foi um dos pontos mais votados nas prioridades na 2ª Conferência Nacional, tem esse desafio, que é de instalar conselhos estaduais e municipais em todo o país, paritários.

Estamos vindo da 2ª Conferência Nacional de Cultura, uma conferência extremamente bem conduzida pelo Ministério e, sobretudo, pelos Colegiados. O fortalecimento do CNPC e dos Colegiados Setoriais, assim como todo o trabalho que foi feito por municípios e por estados desde a 1ª Conferência, com a assinatura dos protocolos de intenção por mais de dois mil municípios e por quase todos os estados brasileiros, foram responsáveis pelos resultados que tivemos na 2ª Conferência Nacional. Foram eleitas as 32 prioridades para o setor na Conferência Nacional, pelo plenário final, ao lado das prioridades setoriais, que também foram aprovadas em sua totalidade no plenário.

A Conferência e essas prioridades, tanto setoriais quanto gerais, apontam para a pauta que o CNPC e os Colegiados terão pela frente. Neste sentido, destaco três pontos importantes e que nós deveríamos pensar em trabalhar nos Colegiados de modo geral, que estão nas 32 prioridades. O primeiro deles diz respeito à cultura e educação, que foi uma presença decisiva e muito forte tanto nas Pré-Conferências Setoriais quanto na Conferência Nacional. É um desafio grande e creio que o Conselho Nacional de Política Cultural e os Colegiados, até pela presença de vários segmentos da sociedade e do próprio governo federal, estaduais e municipais, terão importante papel para que possamos avançar nessa maior interlocução entre cultura e educação.

O segundo ponto, que é bem imediato, diz respeito à consolidação da pauta que está no Congresso. Estão nas prioridades da 2ª Conferência Nacional consolidar o Sistema Nacional de Cultura, aprovar o Plano Nacional de Cultura e a PEC 150, ou seja, o conjunto de marcos regulatórios da Cultura. A reforma da Lei Rouanet também está citada como a maior prioridade da Conferência Nacional, e creio que o desafio do Conselho é grande. O papel dos Colegiados é fundamental junto a nós e ao Congresso Nacional, que tem sido um parceiro importante para que consigamos aprovar esse conjunto de marcos regulatórios e é quem vai garantir, em grande medida, esses avanços que foram feitos até agora.

O terceiro ponto que destaco é a capacitação. Capacitação artística, técnica e de gestores está presente tanto nas Pré-Conferências Setoriais quanto nas prioridades da II Conferência Nacional de Cultura. E nós sabemos que com esse aumento de recursos - 1% que nós já conseguimos, com a aprovação da PEC 150, com a criação do Fundo Pré-Sal - haverá uma injeção de recursos grande na cultura e precisamos estar preparados para esse novo mercado, para administrar esses recursos em todos os campos. Creio que esse é um desafio para todos os Colegiados Setoriais.”

SR. JOSÉ LUIZ HERÊNCIA

(SECRETÁRIO DE POLÍTICAS CULTURAIS)

"Hoje, no Brasil, vivemos um momento em que é possível dizer que existe uma política cultural contemporânea no nosso país, e esse é o momento em que vocês chegam para fortalecer esse processo. E se existe política cultural contemporânea, é preciso reconhecer que, durante muitos anos, havia apenas uma lei criada num contexto e em uma perspectiva em que Estado e mercado se opunham e a sociedade não fazia parte de qualquer tipo de processo, como hoje faz. O único mecanismo de uma lei criada de 1991 para 1992, que agora está completando 18 anos, e que se fantasiou de política cultural no Brasil. E quando digo que se fantasiou, podemos citar que o Ministério era o único que em 2002/2003 não tinha sequer um convênio com um órgão como o IBGE ou o IPEA, um órgão que coleta dados, interpreta esses dados e os transforma em indicadores. Significa que o Ministério não tinha nenhum plano de voo, não tinha nenhum instrumento de planejamento.

Por não ter instrumentos de planejamento e nenhuma ou quase nenhuma relação com a sociedade, a não ser um certo tipo de relação que se dava ainda dentro de um ambiente que a gente pode chamar de clientelista, um público muito específico, esse Ministério não possuía também orçamento. Então não existia nem instrumento de planejamento e nem capacidade de investimento. Hoje a situação é completamente diferente. Temos um Ministério e os Colegiados chegam aqui, nesse momento, para dar continuidade e fortalecer os trabalhos que os antecedentes fizeram. Vocês chegam, como diz no livro publicado sobre o CNPC, no ano da cultura. O ano da cultura, é claro, é uma bandeira, é um nome apenas para algo que é muito mais profundo.

E para que isso acontecesse era preciso reconhecer que o processo que levou à 2ª Conferência Nacional de Cultura foi muito importante. O aprimoramento metodológico em relação à 1ª Conferência se deu, pelo menos, em dois planos, sendo um plano horizontal, fazendo com que a Conferência chegasse a mais da metade dos municípios brasileiros e envolvesse cerca de 220 mil pessoas de todo o país. Por outro lado, verticalmente, aprofundando o diálogo com os setores ou com as formas de expressão artística e cultural. Isso é importante porque, de certa forma, a Conferência como ela se deu, o seu aprimoramento metodológico, exprime de forma muito clara algo que está no coração de toda a atuação do Ministério da Cultura e de seus dirigentes nesse momento. Se o Ministro Gilberto Gil, em alguma circunstância, disse que uma das marcas principais do Ministério da Cultura e da sua atuação é a abrangência, aqui também é representada na medida em que a gente aproxima setores que jamais se relacionaram com o Estado brasileiro de forma consistente, como moda, design ou artesanato. Exprime-se também pela demonstração clara de que não existe contradição entre abrangência e aprofundamento, entre abrangência e excelência. E quando eu digo excelência, eu digo o aprofundamento das questões propriamente estéticas, econômicas e políticas que dizem respeito à organização de cada um dos setores artísticos e culturais.

Para os que estão chegando, é importante fazer um alerta muito positivo, mas é da natureza de qualquer processo democrático, do jogo e da vida democrática,

que exista tensão. Apesar de existirem algumas áreas que conseguiram obter consenso, inclusive para a composição dos Colegiados, isso não é uma norma que precisa acontecer com todos os setores e jamais acontecerá. A tensão é o nervo da vida, e na vida social isso também é importante. Mas é preciso também muita generosidade em relação ao trabalho desenvolvido pelos seus antecessores. É preciso que os Colegiados se apropriem, com toda profundidade, de todo patrimônio produzido pelas Câmaras Setoriais e de tudo o que as dimensões das áreas que vocês representam produziram. Isso é importante e é importante também dizer que, em nenhum momento, o Ministério pensou ou pensa que a forma de organização de um setor artístico é redutível ou extensível a outros setores. Eu digo isso porque é preciso lembrar que o modelo das Câmaras Setoriais, de alguma forma, surgiu a partir da organização de uns setores ligados a indústria, ao desenvolvimento industrial e ao comércio. A complexidade do setor cultural é de outra natureza, é muito diferente. As questões são mais complexas aqui. Uma política cultural contemporânea precisa, sobretudo, avançar em relação à complexidade, agora com delicadeza, sabendo que em toda cadeia produtiva ou criativa existem setores que se organizam das duas formas, existem setores ainda que não têm capacidade de organização do ponto de vista econômico pleno. Tem uma frase que um jornalista usou em um artigo recente que para mim é muito importante: "Toda cadeia produtiva tem a força do seu elo mais fraco". Então é importante que todos nós contribuamos decisivamente para fortalecer os elos, mesmo os mais fracos, de cada cadeia produtiva, de cada cadeia criativa.

Em relação à questão dos planos setoriais, é necessário que todos vocês se apropriem do texto do Plano Nacional de Cultura. Esse plano é um instrumento de planejamento a longo prazo, mas o horizonte brasileiro hoje já transforma 10 anos em um prazo que não é tão longo assim. Até pela seguinte razão: é preciso que o setor cultural comece a se preparar para reagir ao próprio reposicionamento do país no quadro geopolítico atual. A economia da cultura brasileira vai se organizar como o país que está se tornando a 5ª economia do mundo, que tem uma classe média muito mais expressiva do que tinha há 10 anos e que vai sediar os dois maiores eventos esportivos do mundo que, diga-se de passagem, foram conquistados pelo Brasil tendo como base a diversidade cultural brasileira. Estava no discurso do presidente, no discurso do Comitê Olímpico e do Ministro dos Esportes a capacidade do Brasil de abrigar não uma coleção de borboletas, mas algo que a gente pode chamar, e esse é um conceito muito sofisticado, de diversidade cultural.

Toda essa diversidade cultural tem lugar no Plano Nacional de Cultura, que é exatamente um planejamento de médio e longo prazo com metas que precisam ser claras, qualitativas e quantitativas, para equipamentos culturais, organização dos setores, desenvolvimento econômico desses setores, desenvolvimento estético, em um contexto que o marco regulatório do financiamento é muito grande no Brasil, o marco da gestão cultural, os marcos regulatórios de planejamento são outros. A Lei Rouanet não conseguiu, ao longo dos seus 18 anos de existência, nem estimular a inovação e nem o fortalecimento das instituições culturais do Brasil. Ela não conseguiu nem desenvolver uma economia da cultura, nem fortalecer a necessidade de investimento em fatores ou em áreas de inovação da cultura brasileira. Tudo isso precisa ser revertido e os fatores de reversão precisam ser indicados dentro do Plano Nacional de Cultura.

Nós teremos, após a aprovação do Plano Nacional de Cultura no Senado e a sanção do presidente, um prazo legal de 180 dias para desenvolver metas e indicadores claros para o desempenho e para o seu acompanhamento. O trabalho junto aos Colegiados Setoriais e ao Conselho Nacional de Política Cultural será fundamental para que isso aconteça de forma consistente e para que o Plano Nacional de Cultura deixe de ser um instrumento meramente declaratório, passando a interferir verdadeiramente na vida da sociedade brasileira.”

SR. TADEU DI PIETRO

(DIRETOR DA FUNARTE)

“Tudo o que foi dito significa uma análise das políticas que têm sido implementadas e como tem se dado a interação entre o estado e a sociedade. Os Colegiados, como representantes dessa sociedade, são muito importantes nesse processo de transformação. Por mais que a gente tenha propostas, por mais que a gente tenha políticas, sem sua contribuição fica difícil poder avançar de forma mais estruturada.

Além daquilo que foi colocado até agora, eu queria fazer uma proposta de futuro. Muitos aqui foram reeleitos por esse período, então já conhecem os procedimentos, já sabem como a coisa se dá e têm a experiência daquilo que é o tratamento do processo. Àqueles que estão chegando, fazemos um pedido, no sentido de que o nosso tempo é sempre curto, cada vez mais curto, então temos a necessidade de estruturar toda uma série de demandas que foram coroadas a partir da Conferência Nacional. Acredito que dois eventos são referências para que possamos ter em mente em que ponto nós estamos no processo. O primeiro foi a Conferência Nacional de Cultura, onde praticamente todas as propostas que saíram das Pré-Conferências e dos Colegiados foram aprovadas. O segundo é a aprovação das Leis para a Cultura que estão no Congresso.

Quero lembrar que nesse processo, estamos correndo contra o tempo. A Funarte vem, a partir desses últimos anos, se operacionalizando, ainda que dentro de seus limites, com a ideia de estar cada vez mais próxima, não apenas da população, mas principalmente do artista e, acima de tudo, seguindo sua missão que é a capacitação e o aperfeiçoamento. Outra questão é também da circulação ou da fruição. A Funarte quer ir além daqueles espaços em que ela está atuando tradicionalmente, estamos querendo avançar. Um dos exemplos, além da circulação e da capacitação, é a possibilidade de ampliarmos os editais quantitativamente e abrangermos, além das linguagens tradicionais como artes cênicas, a música e as artes visuais, também a literatura.

Implantamos um grande projeto que é o Portal das Artes, para alcançarmos muito mais lugares, ainda que virtualmente. Nós estamos na primeira fase do Portal abrindo um canal de comunicação sobre nossas atividades, editais, prêmios, etc. Na segunda fase, estaremos classificando, contextualizando e digitalizando os acervos históricos da Funarte, um dos maiores acervos sobre as artes do país permitindo o acesso a tudo aquilo que hoje existe de registro dentro do Cedoc, acervos riquíssimos. Queremos promover a interatividade, a interlocução cada vez mais rápida. Que a cultura digital e as manifestações possam se dar dentro de um processo

onde, às vezes, é muito difícil a comunicação ou a reunião presencial. O que propomos é essa possibilidade de inclusão não apenas digital, no conceito tecnológico, mas também opinião, a participação, contemplar a expressão cultural do Brasil também dentro das novas tecnologias.

Dentro disso, ainda estamos trabalhando na questão da implementação de uma área de Comunicação, Informação e Dados. Dados esses que serão consolidados e disponibilizados a todos através do Portal das Artes. Para que tudo isso aconteça, há necessidade de que a Funarte tenha sua reestruturação aprovada e essa nova configuração já está no Congresso. A vocês queremos dizer que estamos à disposição para participar do processo dentro de todas as linguagens, inclusive nas novas áreas que perpassam a questão das interações, da transversalidade, arte digital, moda, artes cênicas, música, artes visuais, literatura ou toda a nova forma de processo cultural que se estrutura.

Compete a nós juntarmos esforços para viabilizar as transformações, principalmente através da discussão e participação na aprovação das leis que estão no Congresso, seja o Plano Nacional de Cultura, a nova Lei Rouanet, a PEC 150 ou o Vale-Cultura.

Depois da II Conferência, esse deve ser nosso objeto de reflexão e participação, para implantarmos as mudanças que almejamos para a cultura.”

7. Fundo Nacional de Cultura: Competências do Colegiado Setorial de Circo

SR. MARCELO BONES

(FUNARTE)

“Existe hoje uma clareza, uma sinalização e uma determinação muito clara para todos nós que estamos no Ministério, nesse momento, que não existe freio para pisar. O Ministério tem, pelo contrário, pisado no acelerador nesses últimos dois anos. Trouvou um debate acalorado, importante, federativo, nacional, com todos os estados brasileiros com relação à Lei Rouanet. Vai lançar também outro debate, que é muito importante, sobre a Lei de direito Autoral. O Ministério fez ainda a opção de lançar, como uma simulação, os Fundos Setoriais de Cultura. São oito fundos setoriais, que se transformam na principal pauta, hoje, dos Colegiados Setoriais aqui presentes. E isso é fundamental para entendermos esses processos todos como processos orgânicos, que estão exatamente interligados a uma série de outros fatores.

O lançamento desses fundos setoriais, ainda para 2010, significa que o Ministério conseguiu aumentar o seu recurso - que era de 0,2% quando começou esse governo - e chegou a 1% do orçamento da União. Chegou inclusive a bater, a encostar e a cumprir a meta determinada pela UNESCO, de 1% do orçamento da nação ser definida para cultura. E conseguiu esse salto exatamente pelo lugar de protagonismo onde o Ministério colocou a cultura, posicionando-a como uma das grandes pautas de debates do país, nos últimos oito anos. Acredito que isso é um reconhecimento não só do governo, mas também da sociedade, de que a cultura não merece ficar com 0,2% do orçamento. Junto com isso nós temos, nesse momento, uma pauta legislativa muito grande. A cultura hoje tem uma pauta legislativa importantíssima, passando pela PEC 150, o Sistema Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura.

Em 2010, serão votados o Vale-Cultura, que é outro mecanismo que vai injetar recursos volumosos na cultura nacional, e o Pró-cultura. Na verdade, o exercício desses fundos setoriais que nós estamos fazendo agora é uma sinalização do Pró-cultura, que foi esse grande debate, essa reforma da Lei Rouanet. Reforma que o Ministério está conduzindo, durante 2009 e 2010, e protagonizando a saída da centralidade do mecanismo de renúncia fiscal, com a colocação dessa importância nos fundos e a criação desse grande fundo, o Fundo Nacional de Cultura, com outro embasamento político-administrativo. Um fundo mais leve e capaz de dialogar mais diretamente com os artistas, capaz de realmente atender às grandes demandas que temos e à divisão desse grande fundo, parte dele nos fundos setoriais. Em relação a esses fundos setoriais, eles serão sinalizados para operar esse ano, mas ainda com uma estrutura antiga, uma estrutura do fundão, pesado, do Fundo Nacional de Cultura. Para isso, existe um movimento dentro do Ministério de regulamentar esses fundos setoriais. E aí é fundamental a existência de mecanismos de controle social, que é exatamente uma marca desse Ministério, desse governo, e que passa pelos Colegiados Setoriais, que vão eleger um representante

no Comitê Executivo do Fundo Setorial. Passa também pela Conferência, pelas Pré-Conferências Setoriais, quer dizer, pelo próprio Conselho Nacional de Políticas Culturais, que também vai ter um representante do circo, um representante da música, eleitos pelos os membros dos Colegiados.

Então eu acredito que isso é uma sinalização. É importante ressaltar que existe uma sinalização de um aprofundamento desses mecanismos de participação popular, desses mecanismos de avanço ao financiamento, tirando essa centralidade do incentivo à cultura que todos nós artistas sabemos exatamente o que significa, o que significou esses 19 anos de existência da Lei Rouanet. Assim, acredito que esses são os grandes debates, são os grandes temas, as grandes discussões que estamos trazendo para os Colegiados Setoriais e, de alguma maneira, também criando paradigmas para o momento que daqui a pouco a gente sabe que vai se modificar. Mas independente do cenário que tenhamos, daqui a pouco teremos um novo governo e é o novo governo que vai ter que dialogar com essas instâncias, com esses momentos, com esses mecanismos que foram criados junto com a sociedade civil.”

8. Plano Setorial de Circo

EIXO I – Fortalecer a ação do estado no planejamento e na execução das políticas culturais

Diretriz 1 - Criação de programas específicos de fomento ao circo e ao artista circense

AÇÕES	PRAZO
<i>Fomentar a criação de linhas de créditos e micro-créditos, bem como de programas subsidiados, acessíveis às condições específicas e características das atividades circenses no Brasil,</i>	Curto
<i>Criar ações de fomento que contemplem a aquisição de equipamentos próprios às atividades circenses, como por exemplo, lonas, arquibancadas, aparelhos, equipamentos de segurança, som, luz, entre outros acessórios.</i>	
<i>Criar ações de fomento que contemplem as atividades de Formação, Circulação, Manutenção, Exibição, Festivais/Encontros/Convenções/Seminários/Mostras, entre outros eventos ligados a área de circo.</i>	Curto
<i>Estimular ações de fomento para aquisição e manutenção de moradias sobre rodas (trailers, ônibus, carretas-moradia, entre outros).</i>	Médio
<i>Criar um fundo específico para circos com dificuldades emergenciais.</i>	Curto
<i>Articular com Ministério da Educação a divulgação e o cumprimento da lei 6533 nas escolas.</i>	Curto
<i>Incluir ações circenses nos programas desenvolvidos pelo Ministério da Educação que possuam interface com a Cultura.</i>	
<i>Incluir o circo, em sua abrangência artística e educativa, em programas governamentais multi-interdisciplinares, que visem contribuir para o desenvolvimento social e cultural da sociedade brasileira.</i>	

Diretriz 2 – Articular o aprimoramento da legislação circense no Brasil

AÇÕES	PRAZO
<i>Articular com órgãos públicos competentes a regulamentação do uso de animais no circo.</i>	Curto
<i>Articular com MTE a regulamentação da formação técnica e a atividade profissional de circo e dos artistas circenses, respeitando a natureza de tal arte e as questões relativas ao notório saber.</i>	Médio
<i>Estimular a criação de leis para incentivo à redução ou isenção de taxas e impostos para atividade circense (ex.: isenção do ISS, ECAD e outros).</i>	Médio

EIXO 2 - Incentivar, proteger e valorizar a diversidade artística e cultural brasileira

Diretriz 1 - Promover ações de valorização e conscientização sobre a atividade circense

AÇÕES	PRAZO
<i>Desenvolver ações para sensibilização de agentes e instituições públicas, com o objetivo de facilitar o trâmite burocrático para a instalação de circos, como, por exemplo, a campanha "Receba o circo de braços abertos", a confecção de cartilhas específicas, entre outras.</i>	Curto
<i>Reconhecimento do circo itinerante tradicional familiar como patrimônio cultural.</i>	Curto
<i>Promover campanhas que busquem reconhecer e difundir a arte circense em toda sua diversidade.</i>	
<i>Apoiar o reconhecimento profissional de mestres circenses, por meio de título de "notório saber" ou "mestre artífice".</i>	

Diretriz 2 - Implantação de política voltada para apoio a publicações e a ações de registro e preservação da memória do circo

AÇÕES	PRAZO
<i>Desenvolver ações de registro da memória do circo e dos mestres circenses</i>	<i>Médio</i>
<i>Capacitar os circenses para correto recolhimento e conservação do acervo/material para museus e acervos.</i>	<i>Médio</i>
<i>Ampliar os programas e investimentos de registro e difusão da atividade circense como um todo.</i>	<i>Médio</i>
<i>Realizar inventário das técnicas e saberes de todos os seguimentos da atividade circense.</i>	

EIXO 3 - Universalizar o acesso dos brasileiros à fruição e à produção cultural

Diretriz 1 - Elaboração e implantação de política de formação nacional para o circo

AÇÕES	PRAZO
<i>Promover e estimular a criação de espaços e ações de formação, troca de experiências e intercâmbio entre jovens circenses.</i>	<i>Médio</i>
<i>Descentralizar a Escola Nacional de Circo para outras regiões.</i>	<i>Médio</i>
<i>Criar programas de formação continuada, tornando permanentes oficinas de capacitação de artistas e proprietários de empresas circenses, assim como de qualificação dos espetáculos circenses.</i>	<i>Curto</i>
<i>Incentivar as empresas circenses que estimulam seus funcionários a ingressar na educação continuada nos níveis fundamental, médio e superior.</i>	
<i>Criação de espaços de discussão, reflexão, pesquisa e produção de conhecimento sobre a relação educação/circo e processos formativos institucionalizados em Circo, em parceria com o Ministério da Educação.</i>	
<i>Articular junto ao Ministério da Educação a inclusão de ações circenses nos programas de parceria Cultura e educação, nas escolas da rede pública.</i>	
<i>Articular junto ao Ministério da Educação a criação do Programa de Educação de Jovens e Adultos voltado para o Circo itinerante (PEJA-Circo).</i>	

Diretriz 2- Fomentar a criação e qualificar os espaços circenses

AÇÕES	PRAZO
<i>Promover políticas de fomento e reconhecimento aos centros de formação em artes circenses.</i>	
<i>Estudar a destinação de terrenos de propriedade da União para a atividade circense.</i>	<i>Longo</i>
<i>Apoiar a criação de programa nacional de ocupação de propriedades públicas ociosas, tanto para sede do trabalho e pesquisa dos grupos/trupes circenses, quanto para difusão da arte circense.</i>	<i>Médio</i>
<i>Articular com órgãos competentes a isenção do pedágio para o circo itinerante.</i>	<i>Curto</i>
<i>Criar e estimular programas de apoio a centros particulares de formação em artes circenses.</i>	<i>Curto</i>

EIXO 4 - Ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável

Diretriz 1 – Promoção e apoio ao intercâmbio entre trupes, grupos e artistas circenses de todo país

AÇÕES	PRAZO
<i>Criar e estimular programas de intercâmbio nacional e internacional e bolsas de estudos para aperfeiçoamento.</i>	<i>Curto</i>

Diretriz 2 - Promover e fomentar a circulação nacional e internacional do circo brasileiro

AÇÕES	PRAZO
<i>Criar um programa de circulação nacional e internacional para os espetáculos circenses produzidos no Brasil, a fim de estimular o intercâmbio com artistas, companhias e redes estrangeiras, com particular atenção aos países do Mercosul e Ibero-América.</i>	<i>Médio</i>

Diretriz 3 – Incentivar a desoneração e desburocratização da atividade circense.

AÇÕES	PRAZO
<i>Aprimorar a atuação da Defensoria Pública e do Ministério Público em relação às atividades circenses, a partir da realização de seminários, debates, colóquios e outros.</i>	Médio / Longo
<i>Estimular a desburocratização para a instalação e funcionamento dos circos, nos âmbitos municipal, estadual e federal.</i>	Médio / Longo

Diretriz 4 - Estabelecer diagnóstico da atividade circense no Brasil

AÇÕES	PRAZO
<i>Construir banco de dados do circo com aspectos sociais, culturais e econômicos das atividades circenses, incluindo dados educacionais.</i>	Curto
<i>Mapear e apoiar a consolidação dos espaços destinados à montagem de circos itinerantes.</i>	Médio

EIXO 5 - Consolidar sistemas de participação social na gestão das políticas culturais

Diretriz 1 - Consolidar instâncias consultivas e de participação direta

AÇÕES	PRAZO
<i>Estimular a participação de representantes da sociedade civil, associações e cooperativas de circo na formulação dos editais públicos destinados à atividade circense.</i>	Curto